

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CAICÓ

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	158370-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CAICÓ	ELANIA HORTINS DANTAS	18/06/2026 10:18 (v 0.15)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	16/2026	23139.003046.2025-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23139.003046.2025-87)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de manutenção predial e demais postos terceirizados para o IFRN campus Caicó e Jucurutu, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01 - CAMPUS CAICÓ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTO	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação do serviço de eletricista para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7156-15.	14354	Posto	01	12	R\$ 7.556,64	R\$ 90.679,69
02	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7152-10.	22160	Posto	01	12	R\$ 6.026,32	R\$ 72.315,85

03	Prestação do serviço de Servente de obras para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7170-20.	25631	Posto	01	12	R\$ 4.344,35	R\$ 52.132,23
04	Prestação do serviço de Jardineiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10.	24252	Posto	01	12	R\$ 5.192,05	R\$ 62.304,59
05	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-10.	25631	Posto	02	24	R\$ 6.860,24	R\$ 164.645,65
06	Prestação do serviço de piscineiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-30	9962	Posto	01	12	R\$ 7.949,10	R\$ 95.389,25
07	Prestação do serviço de encarregado operacional para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4101-05.	5380	Posto	01	12	R\$ 5.414,95	R\$ 64.979,45
08	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5174-10.	8729	Posto	02	24	R\$ 4.643,87	R\$ 111.452,87
09	Prestação do serviço de recepcionista para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4221-05.	8729	Posto	02	24	R\$ 4.903,79	R\$ 117.690,92
10	Prestação do serviço de auxiliar de cozinha para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5135-05.	22861	Posto	02	24	R\$ 6.239,78	R\$ 149.754,79
11	Prestação do serviço de auxiliar de saúde bucal para o IFRN Campus Caicó, em regime de 30 horas semanais. CBO: 3224-15.	5908	Posto	01	12	R\$ 3.303,29	R\$ 39.639,43

VALOR TOTAL DO GRUPO 01: R\$ 1.020.984,72

GRUPO 02 - CAMPUS JUCURUTU

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER		QUANTIDADE DE POSTOS			
------	---------------	--------	--	----------------------	--	--	--

			UNIDADE DE MEDIDA		QUANTIDADE A SER REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7152-10.	22160	Posto	01	12	R\$ 6.193,92	R\$ 74.327,09
13	Prestação do serviço de Servente de obras para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7170-20.	25631	Posto	01	12	R\$ 4.286,75	R\$ 51.440,97
14	Prestação do serviço de Jardineiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10.	24252	Posto	01	12	R\$ 5.122,43	R\$ 61.469,14
15	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-10.	25631	Posto	01	12	R\$ 6.731,92	R\$ 80.782,99
16	Prestação do serviço de encarregado operacional para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4101-05	5380	Posto	01	12	R\$ 5.413,10	R\$ 64.957,26
17	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5174-10.	8729	Posto	02	24	R\$ 4.601,90	R\$ 110.445,59

VALOR TOTAL DO GRUPO 02: R\$ 443.423,03

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.464.407,75 (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos).

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFRN CAMPUS CAICÓ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTO	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação do serviço de eletricitista para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7156-15.	14354	Posto	01	12	R\$ 7.556,64	R\$ 90.679,69

02	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7152-10.	22160	Posto	01	12	R\$ 6.026,32	R\$ 72.315,85
03	Prestação do serviço de Servente de obras para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7170-20.	25631	Posto	01	12	R\$ 4.344,35	R\$ 52.132,23
04	Prestação do serviço de Jardineiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10.	24252	Posto	01	12	R\$ 5.192,05	R\$ 62.304,59
05	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-10.	25631	Posto	02	24	R\$ 6.860,24	R\$ 164.645,65
06	Prestação do serviço de piscineiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-30	9962	Posto	01	12	R\$ 7.949,10	R\$ 95.389,25
07	Prestação do serviço de encarregado operacional para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4101-05.	5380	Posto	01	12	R\$ 5.414,95	R\$ 64.979,45
08	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5174-10.	8729	Posto	02	24	R\$ 4.643,87	R\$ 111.452,87
09	Prestação do serviço de recepcionista para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4221-05.	8729	Posto	02	24	R\$ 4.903,79	R\$ 117.690,92
10	Prestação do serviço de auxiliar de cozinha para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5135-05.	22861	Posto	02	24	R\$ 6.239,78	R\$ 149.754,79
11	Prestação do serviço de auxiliar de saúde bucal para o IFRN Campus	5908	Posto	01	12	R\$ 3.303,29	R\$ 39.639,43

	Caicó, em regime de 30 horas semanais. CBO: 3224-15.					
--	--	--	--	--	--	--

ÓRGÃO PARTICIPANTE: IFRN CAMPUS JUCURUTU

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7152-10.	22160	Posto	01	12	R\$ 6.193,92	R\$ 74.327,09
13	Prestação do serviço de Servente de obras para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7170-20.	25631	Posto	01	12	R\$ 4.286,75	R\$ 51.440,97
14	Prestação do serviço de Jardineiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10.	24252	Posto	01	12	R\$ 5.122,43	R\$ 61.469,14
15	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-10.	25631	Posto	01	12	R\$ 6.731,92	R\$ 80.782,99
16	Prestação do serviço de encarregado operacional para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4101-05	5380	Posto	01	12	R\$ 5.413,10	R\$ 64.957,26
17	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5174-10.	8729	Posto	02	24	R\$ 4.601,90	R\$ 110.445,59

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

OU

~~1.3. O objeto da contratação tem a natureza de [obra] OU [serviços especiais] OU [serviços especiais de engenharia], conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

~~1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.~~

OU

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição, conforme o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~OU~~

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~OU~~

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito no CATSER, deve prevalecer a descrição detalhada dos itens do Termo de Referência.

1.11. A contratação não será exclusiva para ME e EPP, pois o valor do grupo supera os R\$ 80.000,00 e nas licitações onde a disputa é em grupos, cada grupo colocado em disputa corresponde a um item da contratação. Sendo assim, o licitante interessado deverá formular a proposta para a contratação do grupo na sua integralidade. Tal entendimento tem por base o Art. 9º, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015.

1.12. Ao que pesa a viabilidade jurídica da contratação, a terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas. Conforme disposição do artigo 7º da IN nº 5/2007 da SLTI do MPOG “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”.

1.13. O modelo de termo de referência utilizado foi aquele disponibilizado pela AGU, com atualização em maio /2026, conforme link abaixo. O rodapé deste termo mostra como sendo modelo de dez/2025 pois o sistema COMPRASNET inda não atualizou a informação.

1.14. Foi consultado o catálogo eletrônico de padronização encontrado no endereço eletrônico < <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> > e os itens catalogados e padronizados não tem relação com a contratação em tela. Havendo apenas o café, porém não há como seguir tal modelo em virtude da grande variedade de itens que não constam no referido catálogo. Assim justificamos a não adoção do referido catálogo eletrônico.

1.15. Com exceção do posto de Auxiliar de saúde bucal, que possui a carga horária de 30 horas semanais, os demais postos de trabalho atenderão a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 148, DE 13 DE ABRIL DE 2026 e terão carga horária semanal de 40 horas.

1.16. Será permitida a renovação do quantitativo inicialmente registrado, em caso de prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

CAMPUS CAICÓ

- I. *ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000005/2026;*
- II. *Data de publicação no PNCP: 01/04/2025;*
- III. *Id do item no PCA: 25; 28;*
- IV. *Classe/Grupo: 911 - Serviços Administrativos do Governo;*
- V. *Identificador da Futura Contratação: 158370 - 16/2026;*

CAMPUS JUCURUTU

- I. *ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000005/2026;*
- II. *Data de publicação no PNCP: 01/04/2025;*
- III. *Id do item no PCA: 186;*
- IV. *Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;*
- V. *Identificador da Futura Contratação: 158370 - 29/2026;*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Para a prestação do serviço deverão ser adotados critérios socioambientais fundamentados na Instrução Normativa/ MPOG nº 01/10, que prevê:

- a) Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;**
- b) Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;**
- c) Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;**

- d) Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- g) Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.2. Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, a CONTRATADA deverá observar a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitárias estaduais e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.1.3. Devem ser considerados para a sustentabilidade também as seguintes orientações:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12 /2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.4 Algumas práticas que podem otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, são descritas a seguir, dentre outras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

Indicação de marcas ou modelos

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...).~~

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº ~~xxxxx.xxxxx/xxxx-xx~~, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~— 4.3.1. [...];~~

~~— 4.3.2. [...]; e~~

~~— 4.3.3. [...].~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

~~4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

~~OU~~

~~4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.7.1. [...];~~

~~4.7.2. [...]; e~~

~~4.7.3. [...];~~

~~4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.8.1. [...];~~

~~4.8.2. [...]; e~~

~~4.8.3. [...];~~

~~4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~4.13. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).~~

Garantia da contratação

~~4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

~~OU~~

- 4.15. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **05% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.*
- ~~4.15.1. *Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.*~~
- 4.16. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*
- 4.16.1 *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*
- 4.16.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*
- 4.16.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*
- 4.16.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*
- 4.16.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*
- 4.17. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 4.18. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*
- 4.19. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 4.20. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*
- 4.20.1. *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*
- 4.21. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*
- 4.21.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- 4.21.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 4.21.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando se tratar de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.*

4.22. Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.22.1. Nos casos referidos no item anterior, o pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.28.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.28.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

~~4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~

OU

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **07:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00** horas.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.35.1. A vistoria poderá ser agendada pelo telefone (84) 4005-4102 (Diretoria de Administração) ou pelos e-mails diad.ca@ifrn.edu.br e cosgem.ca@ifrn.edu.br;

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

~~Instalação de escritório~~

~~4.38. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de [indicar o Município/UF], pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

Margem de Preferência

~~4.39. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] **OU** [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável — CIGS.~~

4.40. OUTROS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.40.1. A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive quanto a localização do campus no interior do estado do Rio Grande do Norte;

4.40.2. Boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição pautam-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pelo licitante;

4.40.3. No atendimento dos serviços é necessário que a contratação contemple os materiais serem utilizados e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs;

4.40.4. O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas são usualmente praticadas no mercado, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais;

4.40.5. O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação Declaração de que possui os documentos infra relacionados ou de que reunirá condições de apresentá-los no momento da assinatura do Contrato:

- Capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.**
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).**
- Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).**

4.40.6. Inserir previsão de Conta Vinculada de acordo com a IN 05/2017 – MPOG. A vantajosidade em se solicitar a previsão de conta vinculada se faz em virtude de os campi já possuir termo de cooperação com o Banco do Brasil e disponibilidade de abertura de contas vinculadas, mediante ofício, para o recolhimento de valores trabalhistas, em atendimento ao art. 18, § 2º da IN 05/2017. Além do mais a conta- vinculada é o instrumento de gestão de risco e controle de pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias que melhor se adequa à realidade deste órgão, para a gestão de contratos, tendo em vista que foi instituída pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, e, por isso, os servidores do setor responsável já estão devidamente capacitados para operacionalizar as demandas de acordo com este instrumento.

4.40.7. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato (s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

4.40.8. A licitante deverá apresentar atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se período não inferior a 01 (um) ano, conforme art. 67, da lei nº 14.133/2021, podendo ser cumulativos.

4.40.9. O licitante deverá fornecer uniformes para seus funcionários, bem como equipamentos individuais e coletivos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

4.40.10. A contratada deverá dispor de PREPOSTO NOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, com frequência de visitas pelo menos 01 (uma) vez por mês, para dirimir dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante, em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, assim como o cumprimento da obrigatoriedade de uso os EPI's fornecidos pela contratada, sendo também necessário um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis, quando da ausência do Preposto;

4.40.11. Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais com aptidão comprovada, devendo atender aos requisitos básicos e realizar as atribuições da atividade conforme detalhamento a seguir:

CAMPUS CAICÓ

CARGO	ATRIBUIÇÃO	CBO
ELETRICISTA	Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica em geral, de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso. Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento deles. Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos. Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento deles. Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios, quando da execução dos serviços. Transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem	7156-15

	como dos locais. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	
PEDREIRO	Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra. Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas. Controlar o nível e o prumo das obras em geral. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios para a execução dos serviços. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho. Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza das ferramentas e materiais, bem como dos locais de trabalho. Executar pequenas alvenarias/revestimentos, contrapisos, passeios e fixar batentes de madeira com argamassa (após a instalação do batente no local pelo carpinteiro). Executar tarefas relacionadas à manutenção preventivo-corretiva, reformar obras novas, como: paredes e alvenaria, revestimentos argamassa dos (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundições de concreto armado, contrapisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, muros de arrimo etc. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7152-10
SERVENTE DE OBRAS	O ajudante tem a função básica de auxiliar pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricitistas, dentre outros, na execução dos serviços de manutenção, realizando tarefas como: Separar ferramentas. Selecionar material. Carregar material. Preparar a massa (cimento + areia + água). Organizar o local de trabalho. Montagem de andaimes. Lavar ferramentas. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade	7170-20
JARDINEIRO	Realizar manutenção e limpeza de vasos e jardins; Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos; Preparar a terra para semear, cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais; Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços; Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos; Fazer a conservação, irrigação das plantas; Zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados, pela ordem no local de trabalho; e Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	6220-10
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes equipamentos; conservar vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados, pela ordem no local de trabalho; Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	5146-10
ENCARREGADO OPERACIONAL	Atuar na supervisão dos recursos materiais, projetos e operações logísticas; Auxiliar no planejamento estratégico, identificando riscos no fluxo de trabalho, controlando a cadeia de fornecimento, estoque e demais atividades, com foco na otimização da rotina.	4101-05
PORTEIRO	Atender o público interno e externo; direcionar e orientar o público, obedecendo às normas internas do local de trabalho; controlar a entrada e a saída de pessoas (empregados e visitantes); controlar a entrada e a saída de veículos, de materiais, de equipamentos e de chaves; operar equipamentos de comunicação (rádio, telefone, etc.) e de segurança (alarme, câmeras de vídeo, etc.); digitar relatórios, quando o setor for informatizado; elaborar relatório diário de ocorrência em livro próprio de maneira clara e objetiva; acionar as autoridades policiais quando necessário; zelar pela ordem e disciplina do seu local de trabalho; garantir a segurança patrimonial; receber, discriminar, protocolar e distribuir correspondências, documentos, pequenos volumes e encomendas; prevenir a ocorrência de incêndios; receber e transmitir recados, registrando as informações; zelar pela conservação e limpeza de equipamentos usados em seu trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	5174-10
	Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em	

RECEPCIONISTA	escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averigam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.	4221-05
AUXILIAR DE COZINHA	Auxiliar nas diversas tarefas relacionadas com atividades do refeitório, tais como: Auxiliar no preparo das refeições, sobremesas, lanches, etc.; Manter a ordem e a limpeza da cozinha, procedendo a coleta e a lavagem das bandejas, talheres, etc.; Auxiliar no serviço de copeiragem em geral e na montagem dos balcões térmicos; Realizar serviço de limpeza nas dependências em geral do refeitório e cozinhas; Auxiliar na seleção de verduras, carnes, peixes e cereais para preparação do alimento; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional	5135-05
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	Planejar o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde; previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal; Confeccionar e reparar próteses dentárias humanas, animais e artísticas; Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista; Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas; as atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.	3224-15

4.40.12 A empresa deverá possuir de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), uma vez que a existência de registro neste Cadastro constitui fator impeditivo à celebração de contratos junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

4.40.12.1. Durante a seleção do fornecedor, caso verifique que o licitante com proposta aceita e habilitada está com situação irregular junto ao CADIN, o pregoeiro deverá informá-lo que este fato é um impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso de recursos públicos, dentre outros atos, nos termos do art 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024) e que a consulta prévia a este Cadastro é obrigatória aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conforme art. 6º da referida Lei nº 10.522/2002.

4.40.12.2. Caso o fornecedor esteja com situação irregular no Cadin, deverá apresentar declaração, conforme modelo apresentado no Apêndice VII, comprometendo-se a adotar todas as providências necessárias para a regularização de sua situação junto a este Cadastro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia posterior ao recebimento da comunicação formal realizada pelo pregoeiro.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. ***A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:***

5.1.1. Início da execução do objeto: **a execução será iniciada após a assinatura do respectivo contrato a ser firmado entre o IFRN e o licitante vencedor do certame, em data pré-estabelecida no instrumento contratual.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Os serviços serão prestados no âmbito do IFRN Campus Caicó e Jucurutu, em dias úteis, de segunda a sexta, com horário variável de início e encerramento, compreendido entre 06 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. Neste caso, deverá ser celebrado acordo individual com o empregado, para a efetivação de jornadas diárias de até 08 horas de trabalho de segunda a sexta-feira,

perfazendo total de 40 (quarenta) horas semanais. A auxiliar de saúde bucal com carga horária semanal de 30 (trinta) horas.

5.1.2.2. Poderá haver, excepcionalmente, necessidade de redistribuição de jornada semanal para o sábado. Nesse caso, fez-se a distribuição da carga horária semanal de segunda a sexta para de segunda a sábado.

5.1.2.3. O controle da realização do serviço será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus empregados nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento dos serviços, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, devendo comunicar à Fiscalização do Contrato a ocorrência e apresentar providências implementadas;

5.1.2.4. É de responsabilidade da contratada o registro e o controle do ponto dos seus funcionários, devendo apresentar à contratante, juntamente com o faturamento mensal, a folha de ponto por meio da impressão dos comprovantes emitido pelo dispositivo eletrônico ou das folhas de pontos manual;

5.1.2.5. O registro do ponto poderá ser por meio de equipamento eletrônico biométrico, devendo a contratada se responsabilizar por eventuais problemas no equipamento, inclusive as manutenções e troca no caso de problemas.

5.1.2.6. É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

5.1.2.7. A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

5.1.2.8. O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato relativos à sua competência;

5.1.2.9. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às Notas Fiscais faturas dos serviços prestados;

5.1.2.10. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

5.1.2.11. Preposto deverá realizar inspeções in loco, pelo menos uma vez ao mês, fazendo-se necessário reunir-se com a fiscalização do contrato, a fim de garantir a boa execução do contrato.

5.1.2.12. Não é permitido que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

5.1.2.13. Com relação à mão-de-obra empregada são requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação;
- Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes;
- Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade.

5.1.2.14. A lista de insumos, fardamento e EPIs seguem anexo ao Estudo Técnico Preliminar, que é um anexo deste termo de referência.

5.1.2.15. A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 05 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 03 (três) dias subsequente ao da reprovação;

5.1.2.16. A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado;

5.1.2.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02(dois)conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído os 02 (dois) conjuntos completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

5.1.2.18. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.1.2.19. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.1.2.20. Deverá ser criada uma conta vinculada, que somente será movimentada, para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores. conforme Artigo 121, § 3º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

5.1.2.20.1. A vantajosidade em se solicitar a previsão de conta vinculada se faz em virtude de os campi já possuir termo de cooperação com o Banco do Brasil e disponibilidade de abertura de contas vinculadas, mediante ofício, para o recolhimento de valores trabalhistas, em atendimento ao art. 18, § 2º da IN 05/2017. Além do mais a conta-vinculada é o instrumento de gestão de risco e controle de pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias que melhor se adequa à realidade deste órgão, para a gestão de contratos, tendo em vista que foi instituída pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, e, por isso, os servidores do setor responsável já estão devidamente capacitados para operacionalizar as demandas de acordo com este instrumento.

5.1.2.21. A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

5.1.2.23. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do contrato e a empresa deverá dispor de toda a mão de obra para a execução dos mesmos, bem como deverá já ter apresentado a garantia quando do início da execução contratual;

5.1.2.24. A empresa deverá fornecer os materiais, fardamentos e EPIs, constantes nas relações anexas ao ETP, devendo substituir os mesmos quando não estiverem mais em condições de uso, em até 72 (setenta e duas) horas;

5.1.2.25. Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;

5.1.2.26. Não serão aceitos insumos que não estejam acondicionados em embalagem original do fabricante, devendo esta, também, não estar inviolada;

5.1.2.27. Os materiais deverão ser entregues, de acordo com sua periodicidade, até o 10º (décimo) dia útil do mês de execução dos serviços, sendo que nos casos de insumo com entrega anual, os materiais deverão ser disponibilizados no 1º (primeiro) dia de vigência do contrato;

5.1.2.28. A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

5.1.1.29. A contratada deverá incluir na proposta os valores referentes ao adicional de insalubridade, para os cargos de auxiliar de manutenção predial, e adicional de periculosidade para o cargo de eletricista, conforme percentuais indicado na CCT vigente de cada posto.

5.1.1.30. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação conforme a Classificação Brasileira de Ocupações –CBO;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Campus Caicó: Rodovia RN - 288, s/n, bairro Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59330000.

Campus Jucurutu: Rodovia RN - 118, Km 153, s/n, Sítio Caeira, Zona de Expansão, Jucurutu – RN CEP: 59330000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **Os horários de início e término da jornada de trabalho, respeitadas as leis trabalhistas, será definido pela Administração do Campus Caicó e Jucurutu e não poderá ultrapassar às 22hs, admitindo-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente.**

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1.1. Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais com aptidão comprovada, devendo atender aos requisitos básicos e realizar as atribuições da atividade conforme detalhamento já exposto em item acima.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Os materiais, fardamentos e EPIs seguem em planilha anexa ao Estudo Técnico Preliminar (documento este que é o Anexo I deste termo de referência), obedecendo a periodicidade de cada material, promovendo sua substituição quando necessário;

5.4.2. Os materiais deverão ser entregues a Administração mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização técnica do Contrato;

5.4.3 O custo mensal efetivo dos materiais será variável, de acordo com os itens e suas respectivas quantidades entregues pela Contratada, observando os valores unitários apresentados na proposta vencedora;

5.4.4 Todo material deverá estar disponível a partir do primeiro dia da vigência contratual, para fins de aferição do primeiro IMR.

5.4.5 Além dos materiais elencados acima, a CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) aos profissionais vinculados ao contrato, na forma e quantidades discriminadas nas listas.

5.4.6. A relação mensal de materiais e suas respectivas quantidades será informada pelo servidor responsável pela fiscalização técnica do contrato até o dia 10 de cada mês.

5.4.7 Apenas no primeiro mês da contratação, a solicitação do material será anterior ao início do contrato, devendo o material estar disponível a partir do primeiro dia da vigência contratual, para fins de aferição do primeiro IMR.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A licitante deverá elaborar a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, observando o salário, as vantagens asseguradas, todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas previstos em Lei e em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, referente a cada categoria profissional;

5.5.1.1. A proposta que não contenha todos estes custos deverá ser ajustada.

5.5.1.2. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão ou entidade para o cálculo do valor de referência, o licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ajustar sua proposta.

5.5.1.3. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5 /2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

5.5.2. Deverá ainda ser apresentada, juntamente com a proposta:

5.5.2.1. Planilha de custos anuais com insumos, contemplando os uniformes, materiais e EPIs/EPCs, informando a marca, referência do produto (quando houver) e seus preços;

5.5.3. Memória de cálculo dos custos mensais de insumos por posto;

5.5.3.1. Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos insumos com preços mais distantes do valor de referência. A identificação de preços inexequíveis se dará conforme os critérios definidos no art. 59 da Lei 14.133/21. A comprovação da exequibilidade deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ser solicitado o ajuste da proposta. Caso ocorra a majoração do valor final da proposta, recusá-la. Contudo, na formulação de sua proposta, o licitante deverá considerar que, durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumo(s) rejeitados(s) será exclusivamente da contratada e que a substituição não acarretará o aumento dos custos do contrato.

5.5.4. Para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto ao salário base e benefícios, deverá ser considerada a Convenção Coletiva vigente. Todavia, não é de utilização obrigatória pelos licitantes, caso a licitante possua outro enquadramento sindical (Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário). Caso utilize outra convenção/acordo coletivo de trabalho, a licitante deverá comprovar o seu enquadramento sindical.

5.5.5. Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;

5.5.6. O licitante deverá considerar ainda a carga-horária a ser cumprida por mês pelo preposto, presencialmente, em cada local de prestação de serviço;

5.5.7. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta as planilhas e tabelas, através das quais foram calculados os valores propostos;

5.5.8. Ainda para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto ao adicional de insalubridade /periculosidade e aos demais itens da planilha de custos e formação de preços, foi considerado o Laudo Pericial nº 021/2017 do IFRN (atualizado em 16/05/2024);

5.5.9. Na proposta do licitante, deverão ser observados o salário, as vantagens asseguradas, todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas previstos em Lei e na respectiva Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, utilizada com paradigma.

5.5.9.1. A proposta que não contenha todos estes custos deverá ser ajustada;

5.5.9.2. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão ou entidade para o cálculo do valor de referência, com exceção dos custos indiretos, lucros e tributos, o licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ajustar sua proposta.

5.5.9.3. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5 /2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

5.5.10. Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos custos com preços ou valores mais distantes do valor de referência;

5.5.10.1. A exequibilidade poderá ser comprovada por meio de:

5.5.10.1.1. No caso de insumos e seguro de vida: documentos relativos a pesquisa de preços, notas fiscais atualizadas ou outros documentos que o licitante entender como pertinente;

5.5.10.1.2. No caso de custos indiretos e lucro: documentos relativos a outros contratos que envolvam serviços com dedicação de mão de obra exclusiva;

5.5.10.2. A comprovação da exequibilidade deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item;

5.5.10.3. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, o licitante deverá ajustar sua proposta e ocorrendo a majoração do valor final da última proposta cadastrada no compasnet, esta será recusada, em consonância com a IN 5/2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

5.5.11. A empresa deverá observar o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009);

5.5.11.1. A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária;

5.5.11.2. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições;

5.5.11.3. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas;

5.5.11.4. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento;

5.5.11.5. Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta;

5.5.11.6. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentação declaração para tal comprovação;

5.5.12. A empresa não poderá se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções (serviço de vigilância, limpeza ou conservação) previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.5.12.1. Poderá ser exigida da licitante enquadrada neste Regime uma declaração que, entre outros pontos, não exerce, nem exerceu, enquanto optante pelo Simples Nacional, atividades econômicas vedadas à sua opção ou permanência nesse regime tributário;

~~Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas~~

~~5.6. Providências necessárias para a efetivação de desapropriação autorizada pelo poder público:~~

~~5.6.1. [...];~~

~~5.6.2. [...]; e~~

~~5.6.3. [...].~~

~~5.7. Responsabilidade por cada fase do procedimento expropriatório:~~

~~5.7.1. [...];~~

~~5.7.2. [...]; e~~

~~5.7.3. [...].~~

~~5.8. Responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas:~~

~~5.8.1. [...];~~

~~5.8.2. [...]; e~~

~~5.8.3. [...].~~

~~5.9. Estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, incluindo custos correlatos:~~

~~5.9.1. [...];~~

~~5.9.2. [...]; e~~

~~5.9.3. [...].~~

~~5.10. Distribuição objetiva de riscos entre as partes:~~

~~5.10.1 Risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor: [Contratante][e][Contratado]~~

~~5.10.2. Risco pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados: [Contratante][e][Contratado]~~

~~5.10.3. [...]~~

~~5.10.4. O registro de imissão provisória na posse e/ou o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverá ser efetuado em nome de [.....]~~

~~5.11. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.~~

~~5.12. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:~~

~~5.12.1. para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;~~

~~5.12.2. por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~5.12.3. por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~5.12.4. por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.~~

~~5.13. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação do Contratante, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do Contratado pelos riscos associados ao projeto básico.~~

Especificação da garantia do serviço

~~5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).~~

OU

~~5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **XX (xxxxx)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Uniformes

5.16. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.16.1. Os uniformes deverão compreender as peças do vestuário, conforme descritas e detalhadas no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar.

5.16.1.2. **A contratada deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.**

5.16.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.16.2.1. **estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;**

5.16.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.16.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

~~5.17. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:~~

~~5.17.1. [...];~~

~~5.17.2. [...]; e~~

~~5.17.3. [...].~~

ou

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, **através dos e-mails: diad.ca@ifrn.edu.br e cosgem.ca@ifrn.edu.br**

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **deverá** manter preposto da empresa no local da execução do objeto **durante o período pelo menos 01 (uma) visita por mês.**

6.7.1. Não obstante a esta carga horária, o preposto deverá estar à disposição da Administração de segunda e sexta-feira, das 08 às 12hs e das 13 às 17hs, para solucionar problemas concernente a execução dos serviços contratados.

6.7.2. O papel do preposto não deve ser confundido com as atribuições do supervisor ou do encarregado, que são postos que compõem o objeto de algumas contratações e que envolvem a dedicação exclusiva de mão-de-obra. O preposto tratará “das principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual”, conforme IN nº 1/2019-SGD/ME, definição esta que pode ser utilizada por analogia para os demais serviços contratados pela Administração Pública. O supervisor e/ou encarregado são trabalhadores terceirizados vinculados a prestação dos serviços ora contratados. Destacamos que o custo do preposto deve estar contemplado nos custos indiretos, conforme a Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG. Este entendimento é corroborado pelo Acórdão nº 2743/2015-Plenário/TCU, que entende que as atividades do preposto são encargos da contratada, remunerados nos custos indiretos do contrato. Ainda, de acordo com o referido acórdão, o preposto não pode ser um terceirizado vinculado a contratação.

6.7.3. Se, durante o cumprimento da carga-horária, o preposto precisar de uma estação de trabalho completa ou apenas uma mesa e cadeira e ponto de internet, estes poderão ser disponibilizados pela Administração, desde que seja solicitado com antecedência pela empresa.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. Solicitar à Contratada o fornecimento de insumos necessários a execução dos serviços, conforme disposto nos anexos deste termo de referência, bem como realizar o controle do recebimento e pagamento destes insumos;

6.16.2. Acompanhar a utilização mensal dos insumos, de modo a evitar desperdícios;

6.16.3. Controlar o saldo do valor total destinado para insumos, de modo a evitar que seja gasto um valor maior que o disponível no contrato;

6.16.4. Fiscalizar o cumprimento, por parte da Contratada, das disposições da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho dos postos contratados, especialmente em relação a salários e benefícios.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.*

6.20. *O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.*

6.21. *O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.*

6.22. *Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.*

6.23. *O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.*

6.24. *Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.*

6.25. *Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.*

6.26. *O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.*

6.27. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:*

6.27.1. *se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;*

6.27.2. *se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;*

6.27.3. *se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.27.4. *se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.*

6.28. *Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:*

6.28.1 *O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;*

6.28.2. *O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;*

6.28.3. *O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e*

6.28.4. *Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.*

6.29. *Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.*

6.30. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:*

6.30.1. *se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.30.2. *se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.*

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.33.1. **Exigir e verificar guias de recolhimento de tributos e encargos (FGTS, INSS), folhas de pagamento, comprovantes de depósitos de salários, vale-transporte e vale-alimentação;**

6.33.2. **Conferir cartões de pontol/jornada, controle de férias, licenças e garantir que não haja ordens diretas aos funcionários, mas sim via preposto;**

6.33.3. **Monitorar a validade da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), certidão conjunta de débitos federais e regularidade no FGTS;**

6.33.4. **Notificar a contratada para regularização em até 5 dias úteis se houver pendências documentais;**

6.33.5. **Exigir, ao final, comprovantes de quitação de verbas rescisórias e Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT).**

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974[A6] .

OU

~~6.35.1.3.7. documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.~~

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- 6.35.1.4.1. *termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;*
- 6.35.1.4.2. *guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;*
- 6.35.1.4.3. *extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;*
- 6.35.1.4.4. *exames médicos demissionais dos empregados dispensados.*
- 6.36. *Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.*
- 6.37. *A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.*
- 6.38. *A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.*
- 6.39. *O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.*
- 6.40. *Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.*
- 6.41. *Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.*
- 6.42. *No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.*
- 6.43. *Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.*
- 6.44. *Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).*
- 6.45. *Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.*
- 6.46. *O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.*
- 6.47. *A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.*
- 6.48. *Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.*

- 6.49. *Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.*
- 6.50. *O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.*
- 6.51. *Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.*
- 6.52. *O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.*
- 6.53. *O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*
- 6.54. *A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.*
- 6.55. *A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.*
- 6.56. *Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*
- 6.57. *A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:*
- 6.57.1. *diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e*
- 6.57.2. *necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.*
- 6.58. *As compensações de jornada limitam-se:*
- 6.58.1. *à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e*
- 6.58.2. *ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.*
- 6.59. *A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.*
- 6.60. *A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.*
- 6.61. *A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.*
- 6.62. *A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.*

6.63. *O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.*

6.64. *O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.*

6.65. *A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:*

6.65.1 *até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;*

6.65.2. *em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

6.66. *O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.*

6.67. *Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.*

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

6.69. *Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II para aferição da qualidade dos serviços..*

~~7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.~~

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1. Qualidade dos serviços prestados (avaliação dos requisitantes dos chamados no sistema SUAP);

7.5.2. Qualidade dos serviços prestados (avaliação da fiscalização técnica);

7.5.3 Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal;

7.5.4 Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal;

7.5.5 Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal;

7.5.6 Fornecimento de insumos conforme especificações da lista exemplificativa, dentro do prazo estipulado;

7.5.7 Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST;

7.5.8 Cumprimento de outras obrigações contratuais;

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

~~7.6.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.~~

~~7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.~~

~~7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.~~

OU

~~7.6.2. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório [descrever o fato que será considerado como conclusão do objeto ou etapa para fins de permitir o recebimento provisório].~~

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. ***o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.***

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;

- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

~~7.39. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial] OU [total], conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.40. O Contratado emitirá [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), tão logo [incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.41. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.41.1. R\$ X.XXX,XX (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;~~

~~7.41.2. (...)~~

~~7.42. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.42.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.42.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do [especificar o índice de correção monetária a ser adotado], ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.43. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.44. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até XX (xxxxx) dias, contados do recebimento do [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo].~~

~~7.45. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.46. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~7.46.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.46.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de XX% (xxxxx por cento).~~

~~7.47. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Reoneração gradual da folha de pagamento

~~7.48. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.~~

~~7.48.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.~~

~~7.48.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.~~

Repactuação

~~7.49. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.~~

7.50 *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

7.50.1. *Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*

7.50.2. *Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.*

7.51. *Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.*

7.51.1. *Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.*

7.52. *A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.*

7.53. *Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.*

7.54. *É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*

7.55. *Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.*

7.56. *Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.*

7.56.1. *A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.*

7.56.2. *Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.*

7.56.3. *A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.*

7.56.4. *A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.*

7.56.5. *Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.*

7.56.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

- 7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita **[A22]** no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

~~OU~~

Reajuste

~~7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **[DD/MM/AAAA]**.~~

~~OU~~

~~7.77. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais **[elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês **MM** do ano de **AAAA**]** **OU** **[datadas de **DD/MM/AAAA**]**.~~

~~7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **[indicar o índice a ser adotado]** **[A28]**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.~~

~~7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.~~

~~7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).~~

~~7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).~~

~~7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.~~

~~7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.~~

~~7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.~~

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta -Depósito Vinculada

7.87. *Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.*

~~7.88. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado e correspondem ao valor estimado de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), por mês, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.~~

OU

7.89. *Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.*

7.90. *O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

7.91. *Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.*

7.92. *O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento*

direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.93. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.93.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.93.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.93.3. Multa sobre o FGTS; e

7.93.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.94. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.95. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.96. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.97. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.98. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.99. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.100. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.101. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

OU

~~Pagamento pelo fato gerador~~

~~7.102. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:~~

~~7.103. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:~~

~~1. Módulo 1: Composição da Remuneração;~~

~~2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;~~

~~3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;~~

~~4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;~~

~~5. Módulo 5: Insumos; e~~

~~6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.~~

~~7.104. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;~~

~~7.104.1. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato;~~

~~7.105. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:~~

~~7.105.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;~~

~~7.105.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;~~

~~7.105.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;~~

~~7.105.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e~~

~~7.105.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.~~

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 05% (cinco por cento) a 10% (deze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 05% (cinco por cento) a 10% (deze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 05% (cinco por cento) a 10% (deze por cento) do valor da contratação.*

~~8.2.4.7.1. *[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];*~~

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15. O licitante será responsabilizado administrativamente por “não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta” (art. 155, VI da Lei nº 14.133/2021);

8.15.1 “Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor” (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

OU

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado]~~

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

~~9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.~~

~~9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;[A4]~~

~~9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)~~

~~9.5.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;~~

~~9.5.2. custos unitários relevantes: itens...~~

9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada **nas planilhas de custos anexas**.

~~9.6.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;~~

9.6.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.6.3. Os valores orçados pela Administração constam **nas planilhas / do Anexo deste termo de referência**.

9.7. **Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:**

9.7.1. **Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa neste Termo de Referência.**

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- ~~9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~
- 9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

~~9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de serviço continuado.~~

OU

9.31.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.31.2. *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;*

9.32. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.36. *Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:*

9.36.1. *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

9.36.2. *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.38.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

~~9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;~~

~~9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

~~9.40. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.41.1.2. *contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

9.41.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.[A29]*

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

~~9.42. *Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.*~~

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. Para o eletricista: formação – Ensino Médio completo, qualificação profissional em eletricista e complementar em NR 10. Conhecimentos técnicos abrangentes, incluindo: Instalações elétricas. Realização de manutenções corretivas e preventivas em quadros de força, comandos elétricos e equipamentos de energia. Realização de troca e regulagens de peças. Execução de testes de qualidade para verificação de funcionamento dos sistemas. Realização de inspeção nas instalações. Realizar testes de qualidade para verificação de funcionamento dos sistemas. Compreensão das normas regulamentadoras e suas determinações de segurança.

9.45.2. Para o auxiliar de saúde bucal: O profissional deve apresentar o certificado de conclusão de um curso de auxiliar em saúde bucal.

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração [A33] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

~~9.46. *Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XXXX.*~~

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

~~9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:~~

~~9.54.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

~~9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

~~9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

~~9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

~~9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;~~

~~9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:~~

~~9.54.6.1. ata de fundação;~~

~~9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;~~

~~9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;~~

~~9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;~~

~~9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;~~

~~9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e~~

~~9.54.6.7. última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.~~

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ 1.464.407,75 (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

~~OU~~

~~10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

~~10.2.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

~~10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.~~

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 26435/158370
- II. Fonte de recursos: 100000000
- III. Programa de trabalho: 231796
- IV. Elemento de despesa: 339037
- V. Plano interno: L20RLP01ADN

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

~~OU~~

~~11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Caicó, 25 de maio de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Anexo I excluído conforme orientação do PARECER Nº 01564/2026/NLC/ELIC/PGF/ AGU.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Caicó/RN, de de 2026 .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Como membro da comissão da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação, e aprovo o presente termo de referência.

ELANIA HORTINS DANTAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 09:45:37.

Despacho: Como setor demandante da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação e aprovo o presente termo de referência.

MARIA DAS VITORIAS DE MACEDO AZEVEDO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Como setor demandante da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação e aprovo o presente termo de referência.

WYLLYAN MARQUES SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 10:13:03.

Despacho: Como autoridade competente, ratifico necessidade e ser viável a presente contratação e aprovo o presente termo de referência.

RICARDO RODRIGUES DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 10:05:07.

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CAICÓ

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23139.003046.2025-87

2. Descrição da necessidade

O IFRN campus Caicó e campus Jucurutu, diante de suas amplas estruturas, necessitam continuamente assegurar os serviços de manutenção predial. Este serviço é imprescindível tendo em vista a necessidade de se garantir adequadas instalações aos servidores, bem como por serem serviços que demandam o funcionamento do campus, desde as atividades que compreendem a manutenção predial, assim como serviços de apoio técnico operacional nas áreas alimentação, portaria, saúde, sem as quais não seria possível manter a instituição em seu funcionamento pleno. Assim, diante dos problemas enfrentados com o contrato atual, faz-se necessário a realização de novo processo licitatório para assegurar a continuidade do atendimento destes serviços que englobam: auxiliar de manutenção predial, servente, pedreiro, jardineiro, eletricista, porteiro, recepcionista, auxiliar de cozinha, auxiliar de saúde bucal e encarregado operacional, com fornecimento de materiais, fardamentos e EPIs.

A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, uma vez que tais cargos foram extintos do serviço público. Conforme disposição do artigo 7º da IN nº 5/2007 da SLTI do MPOG “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”.

Portanto, o objetivo da contratação é possibilitar a continuidade dos serviços de manutenção predial no IFRN Campus Caicó e Jucurutu uma vez que para o devido funcionamento da instituição há demandas de atividades que somente poderão ser atendidas diante da consolidação de tais serviços, e esta somente é possível via terceirização.

Esta contratação está prevista no planejamento do IFRN Campus Caicó para o ano de 2026, conforme planejamento institucional, como “contratação serviços continuados (pessoa física ou jurídica)”. Além disso, a presente contratação foi inserida no no Plano Anual de Contratações da entidade, conforme à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e conveniência da Administração por até 10 anos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração - campus Caicó	Maria das Vitorias de Macedo Azevedo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

Campus Caicó: Rodovia RN - 288, s/n, bairro Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59330000.

Campus Jucurutu: Rodovia RN 118, Km 153, s/n, Sítio Caeira - Zona de Expansão - Jucurutu-RN. CEP: 59330-000

Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer o devido funcionamento da instituição e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente;

O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e conveniência da Administração por até 10 anos;

A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive quanto a localização do campus no interior do estado do Rio Grande do Norte;

A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos); seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução Normativa SLTI no. 1, de 19/01/2010;

Boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição pautam-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pelo licitante.

No atendimento dos serviços é necessário que a contratação contemple os materiais serem utilizados e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs;

O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas são usualmente praticadas no mercado, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais;

As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento. A empresa que optar em realizar a vistoria, deverá agendar junto à Diretoria de Administração do campus, telefone 4005-4102, e-mail diad.ca@ifrn.edu.br, somente nos dias úteis, até dois dias úteis anteriores à data de abertura do pregão eletrônico.

O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação Declaração de que possui os documentos infra relacionados ou de que reunirá condições de apresentá-los no momento da assinatura do Contrato:

- Capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).

O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação a declaração de visita técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços.

Colocar à disposição da contratante funcionários com no mínimo escolaridade ensino fundamental, para que estas consigam ler os rótulos dos materiais que devem ser utilizados cotidianamente, além de conseguir ler e interpretar materiais escritos de capacitação ou comunicados, avisos ou advertências que a empresa faça a(o) mesma (o).

Inserir previsão de Conta Vinculada de acordo com a IN 05/2017 – MPOG. A vantajosidade em se solicitar a previsão de conta vinculada se faz em virtude de os campi já possuir termo de cooperação com o Banco do Brasil e disponibilidade de abertura de contas vinculadas, mediante ofício, para o recolhimento de valores trabalhistas, em atendimento ao art. 18, § 2º da IN 05/2017. Além do mais a conta-vinculada é o instrumento de gestão de risco e controle de pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias que melhor se adequa à realidade deste órgão, para a gestão de contratos, tendo em vista que foi instituída pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, e, por isso, os servidores do setor responsável já estão devidamente capacitados para operacionalizar as demandas de acordo com este instrumento.

O serviço possui natureza continuada, pois trata-se de atividade que influencia diretamente na boa execução das funções da instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento de nosso objetivo institucional.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

A licitante deverá apresentar atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se período de no mínimo 02 (dois) anos, conforme art. 67, da lei nº 14.133/2021, podendo ser cumulativos.

O licitante deverá estar cadastrado e habilitado no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, situação que será confirmada por meio de consulta “on-line”; Declarar a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação inclusive na vigência do contrato, caso venha a ser contratado pelo IFRN; Apresentar Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial emitida nos últimos 90 (noventa)

dias contados a partir da data realização da licitação; Declarar que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos;

O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação Declaração de que possui os documentos infra relacionados: Comprovante do endereço da filial, sede ou escritório a que os fiscais e gestor de contratos devem se reportar durante a execução do objeto, e que dispõe de capacidade operacional para realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

Deverá ainda enviar no ato de envio da proposta, forma de tributação de sua empresa, podendo fazer isso via Declaração de Débitos e Crédito Tributários Federais ou outro documento equivalente;

O licitante deverá fornecer uniformes para seus funcionários, bem como equipamentos individuais e coletivos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

A contratada deverá dispor de PREPOSTO NOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, com frequência de visitas pelo menos 01 (uma) vez por mês, para dirimir dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante, em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, assim como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's fornecidos pela contratada, sendo também necessário um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis, quando da ausência do Preposto.

O valor da proposta que a empresa apresentar deve levar em consideração, para os salários dos profissionais, as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) vigente para cada categoria, com abrangência no município de Caicó/RN e Jucurutu/RN, indicadas no Termo de Referência (TR) deste processo. Isso é importante tendo em vista evitar problemas com futuras repactuações, quando a convenção não abranger a cidade, por exemplo. Vale salientar que é de responsabilidade da empresa indicar a convenção que adotará na sua proposta.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, conforme abaixo:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou

quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

É importante ressaltar, também, a conformidade da contratação pretendida com o Art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que revogou a Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016.

Os cargos dispostos nessa contratação terão suas atividades primariamente realizadas de segunda a sexta-feira, podendo haver a necessidade de trabalho em sábados letivos. Em razão das demandas é necessário que seja realizada uma escala semanal que contemple jornadas diárias de 08 horas de trabalho de segunda a sexta, perfazendo um total de 40 horas semanais de segunda a sexta. Em relação ao cargo de auxiliar de saúde bucal este terá a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com horário a ser definido de acordo com horário da Odontóloga do campus. A empresa a ser contratada deverá firmar com os empregados acordo individual, conforme previsto no art. 59, §6º, da CLT em conjunto com a Súmula nº 85 do TST, para garantir a distribuição da carga horária conforme necessidade da instituição. Ficam assegurados aos empregados da contratada, o recebimento do piso salarial apontado em convenção coletiva vigente para a localidade e apresentada quando da entrega da proposta.

Serviram de base para o presente Estudo Técnico Preliminar a convenção coletiva RN000013/2026-SINDLIMP. O valor do salário base para o posto de Auxiliar de Saúde Bucal foi utilizado como o salário mínimo, tendo em vista que a CCT vigente (que ainda não foi atualizada em 2026) está com salário base inferior ao mínimo.

As propostas deverão ser apresentadas baseadas na Convenção Coletiva vigentes à época da licitação.

Para a prestação do serviço deverão ser adotados critérios socioambientais fundamentados na Instrução Normativa/ MPOG nº 01/10, que prevê:

- a. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*
- b. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;*
- c. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*
- d. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;*

e. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

f. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e

g. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, a CONTRATADA deverá observar as legislações e/ou normas de órgãos de vigilância sanitárias estaduais e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

Quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental, a Instrução Normativa nº 05/2017 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no seu Art. 1º, aduz que os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços

Devem ser considerados para a sustentabilidade também as seguintes orientações:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26 /12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

Algumas práticas que podem otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, são descritas a seguir, dentre outras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

Considerando possíveis danos ao solo, atmosfera e lençóis freáticos, não são permitidas, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- a) Lançamento "in natura" a céu aberto;
- b) Deposição inadequada no solo;
- c) Queima a céu aberto;
- d) Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- e) Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- f) Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- g) Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- h) Utilização para alimentação humana.

A contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

A empresa deverá dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; para o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos materiais empregados;

A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os critérios de sustentabilidade ambiental elencados neste documento.

Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais com aptidão comprovada, devendo atender aos requisitos básicos e realizar as atribuições da atividade conforme detalhamento a seguir:

CAMPUS CAICÓ

CARGO	ATRIBUIÇÃO	CBO
Eletricista	Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica em geral, de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso. Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento deles. Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos. Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento deles. Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios, quando da execução dos serviços. Transportar	7156-15

	peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	
Pedreiro	Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra. Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas. Controlar o nível e o prumo das obras em geral. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios para a execução dos serviços. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho. Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza das ferramentas e materiais, bem como dos locais de trabalho. Executar pequenas alvenarias/revestimentos, contrapisos, passeios e fixar batentes de madeira com argamassa (após a instalação do batente no local pelo carpinteiro). Executar tarefas relacionadas à manutenção preventivo-corretiva, reformar obras novas, como: paredes e alvenaria, revestimentos argamassa dos (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundições de concreto armado, contrapisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, muros de arrimo etc. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7152-10
Servente de obras	O ajudante tem a função básica de auxiliar pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricitas, dentre outros, na execução dos serviços de manutenção, realizando tarefas como: Separar ferramentas. Selecionar material. Carregar material. Preparar a massa (cimento + areia + água). Organizar o local de trabalho. Montagem de andaimes. Lavar ferramentas. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7170-20
Jardineiro	Realizar manutenção e limpeza de vasos e jardins; Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos; Preparar a terra para semear, cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais; Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços; Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos; Fazer a conservação, irrigação das plantas; Zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados, pela ordem no local de trabalho; e Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	6220-10
Auxiliar de Manutenção Predial	Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes equipamentos; conservar vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio	5143-10

	ambiente; zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados, pela ordem no local de trabalho; Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	
Encarregado operacional	Atuar na supervisão dos recursos materiais, projetos e operações logísticas; Auxiliar no planejamento estratégico, identificando riscos no fluxo de trabalho, controlando a cadeia de fornecimento, estoque e demais atividades, com foco na otimização da rotina.	4101-05
Porteiro	Atender o público interno e externo; direcionar e orientar o público, obedecendo às normas internas do local de trabalho; controlar a entrada e a saída de pessoas (empregados e visitantes); controlar a entrada e a saída de veículos, de materiais, de equipamentos e de chaves; operar equipamentos de comunicação (rádio, telefone, etc.) e de segurança (alarme, câmeras de vídeo, etc.); digitar relatórios, quando o setor for informatizado; elaborar relatório diário de ocorrência em livro próprio de maneira clara e objetiva; acionar as autoridades policiais quando necessário; zelar pela ordem e disciplina do seu local de trabalho; garantir a segurança patrimonial; receber, discriminar, protocolar e distribuir correspondências, documentos, pequenos volumes e encomendas; prevenir a ocorrência de incêndios; receber e transmitir recados, registrando as informações; zelar pela conservação e limpeza de equipamentos usados em seu trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	5174-10
Recepcionista	Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averiguam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.	4221-05
Auxiliar de Cozinha	Auxiliar nas diversas tarefas relacionadas com atividades do refeitório, tais como: Auxiliar no preparo das refeições, sobremesas, lanches, etc.; Manter a ordem e a limpeza da cozinha, procedendo a coleta e a lavagem das bandejas, talheres, etc.; Auxiliar no serviço de copeiragem em geral e na montagem dos balcões térmicos; Realizar serviço de limpeza nas dependências em geral do refeitório e cozinhas; Auxiliar na seleção de verduras, carnes, peixes e cereais para preparação do alimento; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.	5135-05

Auxiliar de Saúde Bucal	Planejar o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde; previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal; Confeccionar e reparar próteses dentárias humanas, animais e artísticas; Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista; Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas; as atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.	3224-15
Piscineiro	<p>Acompanhar a filtração diária, aspirar fundo da piscina semanalmente, realizando a limpeza do pré-filtro e retrolavagem dos filtros sempre que necessário ou semanalmente; Verificar os parâmetros de qualidade da água como pH, cloro, dureza, alcalinidade da água e outros, com a frequência necessária a cada indicador; Avaliar turbidez e cor da água, bem como sua temperatura; Adicionar produtos químicos na água; Esfregar bordas (com produto adequado), paredes e fundo da piscina; Peneirar água da piscina diariamente, passando a rede (peneira cata-folhas) pela superfície da água; Verificar o nível da água, controlar a renovação, mantendo o nível adequado após as atividades de aulas/treinos e após os procedimentos de limpeza; Cobrir e descobrir a piscina e/ou instalar e desinstalar as guias das raia entre as aulas e quando necessário; Limpar área externa da piscina, recolhendo galhos, folhas, areia, entre outros resíduos que venham a comprometer a qualidade da água, recolhendo também, ao final das atividades de tratamento da água da piscina, o material utilizado, arrumando-o de forma adequada e trancando-o no espaço adequado para que ninguém desautorizado tenha acesso; Registrar as atividades desenvolvidas em relatório de controle semanal de limpeza;</p> <p>Avisar, informar quaisquer problemas com os equipamentos da casa de bomba, como folgas de tubulações, ruídos estranhos, falhas elétricas, além de informar possível falta de insumos necessários à limpeza ao fiscal do contrato para imediata reposição; e Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.</p>	5143-30

CAMPUS JUCURUTU

CARGO	ATRIBUIÇÃO	CBO
Pedreiro	Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra. Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas. Controlar o nível e o prumo das obras em geral. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios para a execução dos serviços. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho. Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza das ferramentas e materiais, bem como dos locais de trabalho. Executar pequenas alvenarias/revestimentos, contrapisos, passeios e fixar batentes de	7152-10

	<p>madeira com argamassa (após a instalação do batente no local pelo carpinteiro). Executar tarefas relacionadas à manutenção preventivo-corretiva, reformar obras novas, como: paredes e alvenaria, revestimentos argamassa dos (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundições de concreto armado, contrapisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, muros de arrimo etc. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.</p>	
Servente de obras	<p>O ajudante tem a função básica de auxiliar pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricitas, dentre outros, na execução dos serviços de manutenção, realizando tarefas como: Separar ferramentas. Selecionar material. Carregar material. Preparar a massa (cimento + areia + água). Organizar o local de trabalho. Montagem de andaimes. Lavar ferramentas. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.</p>	7170-20
Jardineiro	<p>Realizar manutenção e limpeza de vasos e jardins; Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos; Preparar a terra para semear, cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais; Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços; Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos; Fazer a conservação, irrigação das plantas; Zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados, pela ordem no local de trabalho; e Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.</p>	6220-10
Auxiliar de Manutenção Predial	<p>Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes equipamentos; conservar vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; zelar pela conservação e pela limpeza dos equipamentos e materiais utilizados, pela ordem no local de trabalho; Executar tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.</p>	5143-10
Encarregado operacional	<p>Atuar na supervisão dos recursos materiais, projetos e operações logísticas; Auxiliar no planejamento estratégico, identificando riscos no fluxo de trabalho, controlando a cadeia de fornecimento, estoque e demais atividades, com foco na otimização da rotina.</p>	4101-05
Porteiro	<p>Atender o público interno e externo; direcionar e orientar o público, obedecendo às normas internas do local de trabalho; controlar a entrada e a saída de pessoas (empregados e visitantes); controlar a entrada e a saída de veículos, de materiais, de equipamentos e de chaves; operar equipamentos de comunicação (rádio, telefone, etc.) e de segurança (alarme, câmeras de vídeo, etc.); digitar relatórios, quando o setor for</p>	5174-10

informatizado; elaborar relatório diário de ocorrência em livro próprio de maneira clara e objetiva; acionar as autoridades policiais quando necessário; zelar pela ordem e disciplina do seu local de trabalho; garantir a segurança patrimonial; receber, discriminar, protocolar e distribuir correspondências, documentos, pequenos volumes e encomendas; prevenir a ocorrência de incêndios; receber e transmitir recados, registrando as informações; zelar pela conservação e limpeza de equipamentos usados em seu trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	
---	--

A mão de obra será em regime de dedicação exclusiva, contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, da forma de Sistema de Registro de Preço, em virtude de atendimento a duas unidades administrativas diferentes do próprio IFRN. A não divulgação da Intenção de Registro de Preços se dá em virtude da urgência na tramitação do processo, haja vista ser em serviços continuados e que suas interrupções causariam danos irreparáveis a instituição, assim como a especificidade do objeto dificulta a participação de outros órgãos no certame, tendo em vista por exemplo, que a abrangência das CCTs (usadas como base para a estimativa de preços) podem variar e não acobertar os mais variados municípios. Ainda ao que pesa a legislação vigente, temos:

Art. 14º (...)

§ 4º A Intenção de Registro de Preços - IRP poderá ser justificadamente dispensada quando o objeto for de interesse limitado ao órgão ou entidade gerenciadora ou o atendimento da demanda for incompatível com a tramitação do procedimento.

Para as categorias que não tiverem convenções vigentes, será utilizado como piso salarial o salário mínimo vigente no Estado;

O valor das tarifas de vale- transportes, para compor a planilha de formação de preços, deverá ser o estabelecido no decreto municipal ou resolução dos órgãos reguladores;

Os valores dos materiais que acompanham a prestação de serviços para a categoria estão elencados em planilha própria e seus preços tem como base uma pesquisa de mercado, chegando-se a um valor estimado, que irá compor a proposta total da empresa.

O fornecimento dos materiais será por demanda, através de planilha enviada pelo fiscal do contrato, sempre na primeira semana do mês.

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de mercado das possíveis soluções

O levantamento de mercado foi realizado com base nos requisitos identificados para a contratação. Buscou-se por meio da análise de contratações similares realizadas em outros órgãos ou entidades da Administração pública e no setor privado, identificar as soluções existentes no mercado de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação. Levando em consideração aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização foram identificadas algumas soluções:

Em um primeiro momento verificou-se a possibilidade de realizar a prestação dos serviços utilizando pessoal do quadro próprio. Observou-se, entretanto, que as carreiras desse tipo de mão de obra, que é provida por meio de concurso público, estão extintas ou em processo de extinção, conforme preconiza a Lei nº 9.632/1998.

Outra solução disponível no mercado é a contratação de serviços por demanda/produtividade, onde os serviços são prestados mediante a solicitação por Ordem de Serviço (OS). A cada OS a contratada deve encaminhar um profissional para execução do serviço. Por não existir uma continuidade nos serviços, pode ocorrer de os empregados da contratada não estarem familiarizado com as rotinas e processos da instituição, resultando em uma prestação de serviço ineficaz. Além da possibilidade de demora para consolidação da OS.

Por fim, verifica-se a possibilidade de contratação de serviço por posto de trabalho. Nesse modelo os profissionais alocados para a prestação do serviço são inseridos no cotidiano na Instituição, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes à área de atuação. Como consequência, o serviço fica mais enxuto em relação a contratação por demanda/produtividade, reduzindo desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão administrativa e o gerenciamento de riscos com otimização de procedimentos administrativos e de fiscalização.

As contratações disponíveis no Portal de Compras Governamentais mostram que a contratação por posto de trabalho pode ser realizada com ou sem o fornecimento de insumos. Há que se avaliar os riscos com a contratação sem fornecimento: como a probabilidade de não haver espaço suficiente para o correto armazenamento dos insumos adquiridos no Campus; o risco de uma licitação para aquisição de tais insumos não lograr êxito ou os fornecedores atrasarem a entrega, impactando diretamente na execução do serviço; bem como os custos operacionais envolvidos.

Nesse caso, verifica-se que a melhor opção é contratar os postos de trabalhos com o fornecimento de insumos, pois além de o Campus não precisar fazer novas contratações, nem arcar com os custos com estoque e demais despesas administrativas, ou correr o risco iminente de ficar sem insumos em razão de fracasso da licitação dos insumos ou atraso por parte dos fornecedores, esse modelo facilita a fiscalização e torna a licitação mais atrativa para os licitantes que têm a possibilidade de negociar descontos nos preços dos insumos junto aos seus fornecedores e assim aumentar sua margem de lucro. Nesta metodologia, os insumos serão fornecidos à medida e na quantidade que a Administração necessitar. Os fardamentos e EPIs serão de modo periódico, em virtude da necessidade frequente desses itens.

Análise Mercadológica

Em levantamento realizado no mercado local, como em pregões de outros órgãos públicos federais no estado do Rio Grande do Norte, com objeto compatível com o que se pretende licitar, percebeu-se a existência diversas empresas atuam nesse este tipo de serviço. A seguir, serão elencadas algumas empresas que prestam este serviço no Rio Grande do Norte, algumas com contratos firmamos já no IFRN. Dessa forma, o mercado pode atender satisfatoriamente o requerido nessa contratação.

EMPRESAS
PARAIBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI - CNPJ: 19.069.415/0001-40
FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI - CNPJ: 06.234.467/0001-82
LIMPSERV TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - E (14.725.699/0001-61)
INOVAR SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA - CNPJ: 27.189.662/0001-08
LEANDRO F TOME - CNPJ: 04.251.091/0001- 99
HGA TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 08.220.864/0001-20
FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL EIRELI - CNPJ: 10.528.510/0001-90
CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA – EIRELI (02.567.270/0001-04)
VITA CONSTRUÇOES, SERVICOS E -LIMPEZA EIRELI (07.605.255/0001-27)

6. Descrição da solução como um todo

Ao observar as soluções postas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela contratação de serviço por posto de trabalho com fornecimento de insumos. Este modelo se adequa à utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade /quantidade dos serviços prestados. Esta solução é utilizada por diversos órgãos do mesmo porte e função do IFRN, por não haver profissionais para executar tais serviços e nem ser de interesse da instituição manter profissionais ligados a essa área. A solução apresenta-se, ainda, como a mais viável para que se mantenha o bom funcionamento da instituição em razão do ensino, pesquisa e extensão do IFRN.

Os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Art. 6º inciso XIII da lei 14.133 de 01 de abril de 2021). Dessa forma podem ser realizados na modalidade pregão.

Considerando que é possível prever a quantidade dos serviços a serem executados previamente, com boa margem de precisão, o regime de execução a ser adotado é o de empreitada por preço global.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição.

A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por até 10 anos. (Artigos 106 e 107, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

O valor da proposta apresentada pela empresa deve levar em consideração para o pagamento dos salários dos trabalhadores, as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) vigente, com abrangência nos municípios de Caicó e Jucurutu. Isso é importante tendo em vista evitar problemas com futuras repactuações. Vale salientar que é de responsabilidade da empresa indicar a convenção que adotará na sua proposta. Já os valores dos materiais que acompanham a prestação dos serviços para cada categoria estarão elencados em planilha própria e seus preços são com base em pesquisa de mercado, chegando-se a um valor estimado, que irá compor a proposta total da empresa para cada categoria;

Para melhor acompanhamento das atividades do contrato a contratada deverá dispor de PREPOSTO, para no mínimo visitas mensais, nos locais de prestação de serviço para dirimir dúvidas dos empregados e do órgão contratante, no tempo hábil. O preposto deverá ser indicado mediante declaração, serão informados o nome completo, número de CPF e documento de identidade. Deverá existir também um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para o caso de precisar sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis. As tratativas deverão ser sempre por escrito, dando preferência para o meio eletrônico e ofícios.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

Serão realizadas reuniões com o preposto para discutir o andamento da prestação dos serviços.

Não é permitido que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

Com relação à mão-de-obra empregada são requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação;
- Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes;
- Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade.

A empresa deverá ter em funcionamento para os seus empregados o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO);

A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e equipamentos durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição periódica conforme previsão em contrato ou em decorrência de desgastes ou falhas, bem como prover as condições de trabalho satisfatórias nos termos estipulados pela Convenção Coletiva do Trabalho das categorias;

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 12:00 e das 14: 00 às 17:00 horas;

A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

Deverão ser fornecidos uniformes aos profissionais, sendo substituídos conforme periodicidade definida na planilha, para garantir eles sejam conservados em boas condições.

A lista de insumos, fardamento e EPIs seguem anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 05 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 03 (três) dias subsequente ao da reprovação;

A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado;

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

A CONTRATADA deverá fornecer 02(dois)conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído os 02 (dois) conjuntos completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Deverá ser criada uma conta vinculada, que somente será movimentada, para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores. conforme Artigo 121, § 3º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado no IFRN, sendo utilizado em outros contratos do campus, inclusive os vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.

A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

Deverá ser cobrada uma garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5%, conforme regras previstas no contrato.

O horário de início e término da jornada de trabalho será definido pela Administração do Campus Caicó, e não poderá ultrapassar às 22h30min, admitindo-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do contrato e a empresa deverá dispor de toda a mão de obra para a execução dos mesmos, bem como deverá já ter apresentado a garantia quando do início da execução contratual;
- A empresa deverá fornecer os materiais constantes na relação de materiais, anexo a este ETP, devendo substituir os mesmos quando não estiverem mais em condições de uso, em até 72 (setenta e du) horas;
- Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;
- Não serão aceitos insumos que não estejam acondicionados em embalagem original do fabricante, devendo esta, também, não estar inviolada;
- Os materiais deverão ser entregues, de acordo com sua periodicidade, até o 10º (décimo) dia útil do mês de execução dos serviços, sendo que nos casos de insumo com entrega anual, os materiais deverão ser disponibilizados no 1º (primeiro) dia de vigência do contrato;
- A Contratada deverá orientar seus empregados quando à prevenção de incêndios e observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando-se a correta execução dos serviços;
- Caberá ao IFRN – CAMPUS CAICÓ decidir sobre a substituição de quaisquer equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos, ou, que causem prejuízos aos serviços executados;
- A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

A contratada deverá incluir na proposta os valores referentes ao adicional de insalubridade e adicional de periculosidade para aqueles cargos que fizerem jus.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação conforme a Classificação Brasileira de Ocupações –CBO;

Não será admitida a subcontratação e a participação de cooperativas na licitação em virtude da natureza do serviço e da necessidade de subordinação entre os funcionários e a prestadora dos serviços. Nesta contratação a Instituição busca a gestão da mão de obra através da terceirização, além da prestação dos serviços. As cooperativas têm o seu foco na prestação de serviços sem haver relação direta de subordinação entre os cooperados.

O Tribunal de Contas da União firmou jurisprudência e sumulou o tema nos seguintes termos:

Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 – Plenário, de 11 de julho de 2012).

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

O art. 10 da IN 005/2017 assim estabelece com relação as cooperativas:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

Artigo publicado no Boletim de Notícias CONJUR traz interessantes orientações acerca do tema:

Este dispositivo está em perfeita sintonia com o artigo 5º da Lei nº 12.690/2012, o qual veda, de forma expressa, a "utilização de cooperativa como intermediadora de mão de obra subordinada". Isso porque é próprio do cooperativismo a inexistência de vínculo de emprego, uma vez que o trabalho é prestado de forma cooperada e não subordinada. A configuração desse vínculo macula, portanto, a própria essência do cooperativismo.

(...)

É o caso típico dos contratos de serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra, nos quais se evidencia, por força da Súmula-TST nº 331 e agora do artigo 121, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade subsidiária do ente público contratante por encargos trabalhistas não adimplidos pela contratada, caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações do

contratado. E existem várias decisões da justiça laboral, inclusive no próprio TST, que atribuem à Administração Pública a responsabilidade subsidiária pelos encargos trabalhistas não pagos pelas cooperativas consideradas fraudulentas.

Donde se conclui que as cooperativas não podem acudir a certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021: "Aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos".

A permissão à participação de cooperativas em licitações que envolvam terceirização de serviços prestados com subordinação, pessoalidade e habitualidade afronta a Lei nº 12.690/2012 e a Lei nº 14.133/2021, além obviamente de expor a Administração ao risco de ser demandada judicialmente a honrar, subsidiariamente, obrigações trabalhistas exsurgidas na vigência do contrato administrativo e que são típicas de uma relação de emprego. Nesses casos, a aparente economicidade dos valores ofertados pela cooperativa na licitação não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração advindo de eventuais ações trabalhistas, relativas aos empregados dedicados (cedidos) à execução contratual.

Fonte: CARVALHO, Guilherme; SIMÕES, Luíz Felipe. Os requisitos na nova Lei de Licitações para a participação de cooperativas. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-23/carvalho-simoes-lei-licitacoes-cooperativas>. Acesso em: 16 ago. 2023.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada dos serviços a serem contratados encontram-se na tabela abaixo, baseada no documento de formalização da demanda apresentado pelo setor requisitante deste processo, considerando ainda a realidade do contrato atual do campus.

CAMPUS CAICÓ

POSTO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Eletricista	01	40h
Pedreiro	01	40h
Servente de obras	01	40h
Jardineiro	01	40h
Auxiliar de Manutenção	02	40h

Encarregado operacional	01	40h
Porteiro	02	40h
Recepcionista	02	40h
Auxiliar de cozinha	02	40h
Auxiliar de Saúde Bucal	01	30h
Piscineiro	01	40h

CAMPUS JUCURUTU

POSTO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Pedreiro	01	40h
Servente de obras	01	40h
Jardineiro	01	40h
Auxiliar de Manutenção	01	40h
Encarregado operacional	01	40h
Porteiro	02	40h

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.464.407,75

Para fins de estimativa de valor da contratação foram utilizados:

- Planilhas de custos e formação de preços para cada posto de serviço, com base nas convenções coletivas de trabalho vigentes (nesse caso a Convenção Coletiva RN000013/2026-SINDLIMP), além de considerar os valores de Insumos, fardamentos e EPIs.

As planilhas de custo estimativas constam em anexo ao processo.

Para a Pesquisa de Preços dos Insumos, fardamentos e EPIs foi considerada a metodologia trazida pela Instrução Normativa nº 65/2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para

a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, foram realizadas buscas no Painel de Preços por contratações similares de outros entes públicos, bem como atendendo ao que traz o Caderno de Logística de Pesquisa de Preços de 2024.

GRUPO 01 - CAMPUS CAICÓ

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT. DE POSTOS MENSAL	QUANT. A SER REGISTRADA	VALOR UNIT. MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	Prestação do serviço de eletricista para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7156-15	14354	POSTO	1	12	R\$ 7.556,64	R\$ 90.679,69
	2	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7152-10	22160	POSTO	1	12	R\$ 6.026,32	R\$ 72.315,85
	3	Prestação do serviço de Servente de obras para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7170-20	25631	POSTO	1	12	R\$ 4.344,35	R\$ 52.132,23
	4	Prestação do serviço de jardineiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10	24252	POSTO	1	12	R\$ 5.192,05	R\$ 62.304,59
	5	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-10	25631	POSTO	2	24	R\$ 6.860,24	R\$ 164.645,65
	6	Prestação do serviço de piscineiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-30	9962	POSTO	1	12	R\$ 7.949,10	R\$ 95.389,25
		Prestação do						

7	serviço de encarregado operacional para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4101-05	5380	POSTO	1	12	R\$ 5.414,95	R\$64.979,45
8	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5174-10	8729	POSTO	2	24	R\$ 4.643,87	R\$ 111.452,87
9	Prestação do serviço de recepcionista para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4221-05	8729	POSTO	2	24	R\$ 4.903,79	R\$ 117.690,92
10	Prestação do serviço de auxiliar de cozinha para o IFRN Campus Caicó, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5135-05	22861	POSTO	2	24	R\$ 6.239,78	R\$ 149.754,79
11	Prestação do serviço de auxiliar de saúde bucal para o IFRN Campus Caicó, em regime de 30 horas semanais. CBO: 3224-15	5908	POSTO	1	12	R\$ 3.303,29	R\$ 39.639,43
VALOR TOTAL DO GRUPO							R\$ 1.020.984,72

GRUPO 02 - CAMPUS JUCURUTU

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT. DE POSTOS MENSAL	QUANT. A SER REGISTRADA	VALOR UNIT. MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
	12	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7152-10	22160	POSTO	1	12	R\$ 6.193,92	R\$ 74.327,09
		Prestação do						

2

13	serviço de Servente de obras para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 7170-20	25631	POSTO	1	12	R\$ 4.286,75	R\$ 51.440,97
14	Prestação do serviço de jardineiro para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10	24252	POSTO	1	12	R\$ 5.122,43	R\$ 61.469,14
15	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 5143-25	25631	POSTO	1	12	R\$ 6.731,92	R\$ 80.782,99
16	Prestação do serviço de encarregado operacional para o IFRN Campus Jucurutu, em regime de 40 horas semanais. CBO: 4101-05	5380	POSTO	1	12	R\$ 5.413,10	R\$ 64.957,26
17	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Jucurutu,	8729	POSTO	2	24	R\$ 4.601,90	R\$ 110.445,59

	em regime de 40 horas semanais. CBO: 5174-10							
VALOR TOTAL DO GRUPO								R\$ 443.423,03

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.464.407,75

Logo, o valor total da contratação está estimada em **R\$ 1.464.407,75 (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos).**

As convenções coletivas de trabalho acima **não** são de utilização obrigatória pelos contratados /licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento da convenção coletiva adotada por cada licitante/contratante. Entretanto é de responsabilidade da futura contratada indicar, caso utilizado, a CCT que fundamenta sua proposta e no momento envio da proposta para a análise da comissão, a convenção coletiva deverá ser informada.

Para as categorias que não tiverem convenções vigentes, será utilizado como piso salarial o salário mínimo vigente no Estado.

O valor das tarifas de vales-transportes, para compor a planilha de formação de preços, deverá ser o estabelecido no Decreto municipal ou resolução dos órgãos reguladores.

Os recursos materiais requeridos à contratante neste documento para fins de realização dos serviços, uma vez fornecidos ao campus, passarão a ser de sua propriedade e responsabilidade.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com a Súmula nº 247 do TCU

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”

No caso concreto da contratação objeto deste estudo, optou-se pela contratação por grupo, sendo cada item correspondente a um posto a ser contratado, mas não será realizado o parcelamento da mesma, ou seja, os itens relativos ao campus comporão um mesmo grupo, de modo que a seleção do fornecedor seja feita por preço global do grupo de itens.

Optou-se pelo não parcelamento da solução (ou seja, pela adjudicação por preço global de grupo de itens), para não haver perda de economia em escala. Tendo em vista que o parcelamento ocasionaria custos adicionais com despesas administrativas e por perda de escala na contratação. Acrescenta-se ainda ao fato de alguns postos de serviços disporem de, em dada atividade específica, necessitar de insumos de outros postos, ou seja, haver uso geral de algumas peças e insumos, o que de certo modo gera economicidade para Administração pública. Fato que não seria possível no caso de posto contratados com empresas distintas.

Além do mais o parcelamento da solução (adjudicação por item) possibilitaria a contratação de várias empresas, o que implicaria em vários contratos, sendo um contrato por empresa. Como consequência, ocorreria o aumento das despesas administrativas do órgão contratante com a gestão e fiscalização de contratos, por exemplo. Ademais, cada contrato implica ainda em custos indiretos como a disponibilização de um preposto e da estrutura administrativa da empresa contratada. Portanto, a existência de vários contratos de manutenção predial representa perda de economia em escala. Neste sentido, o Tribunal de Contas da União reconhece que a prestação de todos os serviços de manutenção por uma única empresa “traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos” (Acórdão nº 3334 /2015-Plenário/TCU).

Ressalta-se que esta é uma prática regular no mercado e que a competitividade não será prejudicada, uma vez que existe uma grande quantidade de empresas que já operam neste modelo de prestação de serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi inserida no Planejamento e gerenciamento das contratações – PGC 2026, tendo em vista a necessidade de continuação na prestação do serviço, assim como no Plano de Atividades 2026 em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme planejado no projeto estratégico MA - Otimização dos gastos com contratos continuados, gerido pela PROAD, etapa 4 - Execução dos contratos continuados com locação de mão-de-obra.

Logo, a contratação está alinhada com as soluções criadas no planejamento a fim de atender as demandas existentes conforme histórico das necessidades do Campus Caicó.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se obter como benefícios diretos promover a continuidade na prestação do serviço já executados no Campus com base nos princípios da eficiência e sustentabilidade, de forma a atender

aos preceitos legais vigentes e garantir as condições necessárias para o bom andamento das atividades acadêmicas e administrativas, bem como a segurança das edificações.

13. Providências a serem Adotadas

A contratante deverá assegurar-se de que os servidores que atuação como fiscais e gestores do contrato a ser celebrado possuam a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

Deverá ser realizada reunião, envolvendo os representantes da CONTRATADA e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

A contratada deverá disponibilizar um local adequado para que os prestadores de serviço possam ter como ponto de apoio e lugar para armazenamento dos insumos fornecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Deverão observar os critérios definidos no item 4 do presente estudo. Ademais, atenção especial deve ser dada por parte da instituição, quanto ao descarte das embalagens de entrega de materiais, como plásticos e embalagens desses produtos.

A empresa CONTRATADA deverá zelar pela sustentabilidade fazendo aquisição e uso consciente dos materiais necessários à prestação dos serviços e atender as orientações descritas no GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS para as aquisições e uso dos insumos.

A empresa CONTRATADA deverá capacitar periodicamente seus funcionários, conforme a área de atuação, a fim de evitar possíveis contaminações e acidentes com o uso/manuseio de produtos que possam causar danos à saúde e/ou ao meio ambiente (fauna e flora).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento, pelos elementos presentes neste estudo, declara viável esta contratação de acordo com a solução escolhida para a necessidade e contexto atual do IFRN Campus Caicó e Jucurutu.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Como ordenador de despesa da instituição, ratifico a necessidade da demanda e aprovo este ETP.

RICARDO RODRIGUES DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 10:01:44.

Despacho: Como membro da comissão, ratifico a necessidade da demanda e aprovo este ETP.

ELANIA HORTINS DANTAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 09:35:48.

Despacho: Como membro administrativo, ratifico a necessidade da demanda e aprovo este ETP.

MARIA DAS VITORIAS DE MACEDO AZEVEDO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Como membro demandante da contratação no campus Jucurutu, ratifico a necessidade da demanda e aprovo este ETP.

WYLLYAN MARQUES SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 10:08:15.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Lista de INSUMOS; EPIs E FARDAMENTOS - CAMPUS CAICÓ.pdf (860.37 KB)
- Anexo II - Lista de INSUMOS; EPIs E FARDAMENTOS - CAMPUS JUC.pdf (2.47 MB)

RELAÇÃO DE MATERIAIS (AUX. DE COZINHA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Álcool etílico, tipo: hidratado, teor alcoólico: 70% (70°gl), apresentação: líquido	UNID	MENSAL	10	R\$ 8,48	R\$ 84,80
2	Espanador, material: penas, material cabo: madeira, comprimento cabo: 40 cm, características adicionais: torneado e reforçado	UNID	MENSAL	1	R\$ 19,50	R\$ 19,50
3	Esponja limpeza, material: lã aço, formato: anatômico, abrasividade: média, aplicação: utensílios domésticos. Pacote 8 unidades	UNID	MENSAL	10	R\$ 3,05	R\$ 30,50
4	Flanela tecido, comprimento peça: 40 m, largura peça: 60 cm, cor fundo: branca	UNID	MENSAL	5	R\$ 3,27	R\$ 16,35
5	Pano limpeza, material: 100% algodão, comprimento: 70 cm, largura: 50 cm, características adicionais: chão.	UNID	MENSAL	2	R\$ 8,17	R\$ 16,34
6	Sabonete líquido, aspecto físico: líquido cremoso perolado, aplicação: assepsia das mãos, características adicionais: ph neutro, densidade 0,9 a 1,05 g,m3, composição: agentes emolientes e hidratantes, compostos de sais. Galão de 05 litros.	UNID	MENSAL	1	R\$ 24,19	R\$ 24,19
7	Saco plástico lixo, capacidade: 200 l, cor: preta, apresentação: peça única, largura: 40 cm, altura: 50 cm, espessura: 0,8 micra. Pacote 100 unidades	UNID	MENSAL	1	R\$ 81,38	R\$ 81,38
8	Detergente liquido neutro lava louça 500ml	UNID	MENSAL	25	R\$ 3,03	R\$ 75,75
9	PAPEL TOALHA, BOBINA COPA, PACOTE COM 2 ROLOS COM 60 TOALHAS DE 22X20CM CADA, 100% FIBRAS CELULÓSICAS, PODENDO SER USADO EM MICROONDAS, MULTI-USO, MÁXIMA ABSORÇÃO, COR BRANCO.	UNID	MENSAL	45	R\$ 9,35	R\$ 420,75
10	Sabão em barra neutro c/ 5 barras	UNID	MENSAL	2	R\$ 13,25	R\$ 26,50
11	Sabão em pó 500 g	UNID	MENSAL	4	R\$ 5,06	R\$ 20,24
12	Água sanitária, 01 litro	UNID	MENSAL	5	R\$ 3,41	R\$ 17,05
13	Esponja de lavar louça, dupla face, pacote com 10 unidades	PACOTE	MENSAL	1	R\$ 11,01	R\$ 11,01
14	Pá coletora lixo, material coletor: plástico, material cabo: madeira, comprimento cabo: 80 cm, comprimento: 20 cm, largura: 18 cm, aplicação: limpeza, características adicionais: cabo revestido em plástico.	PEÇA	SEMESTRE	1	R\$ 14,03	R\$ 14,03
15	PANO DE PRATO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, ATOALHADO LISO, COM BAINHA, MEDINDO 45 X 75CM	UNID	SEMESTRE	15	R\$ 8,50	R\$ 127,50
16	Rodo de pia de plástico comum 13 cm	UNID	SEMESTRE	1	R\$ 7,00	R\$ 7,00
17	Luva de procedimento, material látex natural, tamanho G, lubrificada com pó bioabsorvível, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico. Caixa com 100 pares	CAIXA	SEMESTRE	6	R\$ 20,72	R\$ 124,32
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO/POR POSTO						R\$ 10.678,02
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO/POR MÊS						R\$ 889,84

RELAÇÃO DE EPIs (AUX. DE COZINHA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante, cor branco, características adicionais unissex/anatômico /lavável/ palmilha antimicrobiana, tipo monobloco fechado	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,59	R\$ 81,59
2	Avental com Bolso Tamanho Único, tecido maleável, não amassa, modelo frontal com bolso e tiras de ajuste na altura da cintura.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 26,08	R\$ 52,16

3	Touca / gramatura 20 g/m2 / elástico simples (sanfonada - branca); confeccionado em tnt tecido não tecido 100% polipropileno material descartável atóxico; pacote com 100 unidades	PACOTE	SEMESTRAL	1	R\$ 13,43	R\$ 13,43
4	Luvas para uso em cozinha. Proteção contra altas temperaturas em silicone. Ideal para agarrar objetos quentes sem ter o risco de queimaduras, proteção segura até 250 ° Celsius. Tipo bico de pato. Inteira de silicone. Possui ranhuras nas palmas das mãos para que o objeto não escorregue, é 100% impermeável. Tamanho mínimo de 35 cm, para proteção de mãos e antebraço. Resistência a longo prazo. térmicas. Par. Tamanho P/M ou tamanho único	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 83,72	R\$ 167,44
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO/POR POSTO						R\$ 629,24
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO/POR MÊS						R\$ 52,44

RELAÇÃO DE UNIFORME (AUX. DE COZINHA)[illegible]

RELAÇÃO DE MATERIAIS (AUX. MAN. PREDIAL)

Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Super cola adesivo instantâneo, tipo líquida, 20g.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 16,61	R\$ 49,83
2	Desempenadeira manual, termoplástico, comprimento 30 cm, largura 18 cm.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 22,00	R\$ 44,00
3	Bandeja de pintura, material plástico, comprimento 29 cm largura 37 cm, para Rolo de pintura de 23cm, cor preta	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 12,07	R\$ 12,07
4	Broxa pintura, material base plástico, material do cabo plástico, material cerdas sintético e fibras naturais , formato retangular, tamanho grande, aplicação caiação e pisos, bitola 18 x 8cm.	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 12,81	R\$ 51,24
5	Jogo chave, material aço, tipo combinada, quantidade de peças 15. Aplicação: serviços gerais, oficinas. Componentes: 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 22, 24, 27, 30 e 32 mm. Acabamento superficial cromado.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 400,49	R\$ 400,49
6	Balde para pintura com Alça e Gancho 15L, cor preta.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 37,46	R\$ 74,92
7	Espátula em aço polido e envernizado com cabo de madeira nobre, tamanho 100mm	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 10,45	R\$ 41,80
8	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 100, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 0,80	R\$ 4,00
9	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 120, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 1,07	R\$ 5,35
10	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 150, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 1,86	R\$ 9,30

11	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 80, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 1,50	R\$ 7,50
12	Pistola para pintura, tipo alta pressão, pressão entrada 35-40 psi, Bico fluído 1,8 mm, capacidade 600 ml, alimentação por gravidade.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 166,58	R\$ 166,58
13	Rolo pintura predial, material lâ de carneiro, altura da lâ 9 mm, tamanho 90mm, com cabo.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 10,38	R\$ 62,28
14	Rolo pintura predial, material lâ de carneiro, altura da lâ 25mm, tamanho 230mm, com cabo.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 56,41	R\$ 338,46
15	Trincha(Pincel chato) 1" com cerdas naturais.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 2,12	R\$ 12,72
16	Trincha(Pincel chato) 2" com cerdas naturais.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 14,13	R\$ 84,78
17	Trincha(Pincel chato) 3" com cerdas naturais.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 16,07	R\$ 96,42
18	Alicate de pressão 10" com bico reto; Medida total: 10" (240 mm); Abertura máxima da boca: 62 mm; Tipo de mordente: Triangular; Material: Aço cromo vanádio; Material do Cabo: Chapas conformadas; Acabamento: Cromado	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 58,16	R\$ 58,16
19	Alicate Universal de 8", Durabilidade do corte superior; Fabricado em aço cromo-vanádio; Mais resistência e alta durabilidade: dupla têmpera no corpo e têmpera especial no corte; Mais conforto e segurança: cabo ergonômico e com abas protetoras; Resistente a óleo; Cabo PVC fácil de limpar; Cabo isolado até 1000V e NR10 de acordo com a norma ABNT NBR 9699	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 40,63	R\$ 40,63
20	Arco de Serra, lâmina standard 12 pol, material do cabo prolipopileno, tratamento superficial niquelado , tamanho 12 polegadas, tipo regulável, características adicionais profundidade de corte 90 mm.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 53,73	R\$ 107,46

21	Maleta de ferramentas, material chapa metálica, acabamento superficial pintura eletrostática, comprimento 500 mm, largura 200 mm, altura 215 mm. Quantidade de gavetas 7 und, tipo caixa sanfona. Alças fixas, gavetas moldadas sem emenda e soldas	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 237,12	R\$ 237,12
22	Cola Adesiva para Tubos e Conexões de PVC, pote 850g	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 71,04	R\$ 213,12
23	Desentupidor de Canos Profissional com Mola Rotativa Tufão 5m	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 63,18	R\$ 63,18
24	Jogo de broca de aço rápido. 15 peças	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 84,01	R\$ 84,01
25	Kit de brocas diamantadas para alvenaria. Kit com 07 peças.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 63,63	R\$ 63,63
26	Alicate Bico Meia Cana Longo com Isolamento 1000V	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 70,17	R\$ 70,17
27	Jogo serra copo. Jogo C/ 7 Peças. De 19 A 35 Mm.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 129,26	R\$ 129,26
28	Martelo tipo unha 34 mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 56,64	R\$ 56,64
29	Chave ajustável de 12"	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 57,96	R\$ 57,96
30	Soda Cáustica 99%. Desentupidor Potente, Limpeza Pesada.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 31,10	R\$ 31,10
31	Cabo Rolo De Pintura Tipo: Extensor, ajustável. Tamanho: 4M.	UNID	ANUAL	1	R\$ 73,45	R\$ 73,45
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO/POR POSTO						R\$ 5.421,81
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS/POR POSTO						R\$ 451,82

RELAÇÃO DE EPIS (AUX. MAN. PREDIAL)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, material lente policarbonato, tipo de lente anti-embaçante, infradura, extra anti-risco, modelo lentes com proteção lateral	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 16,00	R\$ 32,00

3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
4	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	20	R\$ 3,28	R\$ 65,60
5	Luva raspa de couro cano curto.	PAR	SEMESTRAL	2	R\$ 11,96	R\$ 23,92
6	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57

7	Bota de PVC Cano Longo. Cor preta.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 48,03	R\$ 48,03
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO/POR POSTO						R\$ 925,40
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS/POR POSTO						R\$ 77,12

RELAÇÃO DE UNIFORME (AUX. MAN. PREDIAL)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça tradicional de serviços gerais - cóis elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cóis da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 75,28	R\$ 150,56
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 50,58	R\$ 101,16

4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO/POR POSTO						R\$ 874,00
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS/POR POSTO						R\$ 72,83

RELAÇÃO DE UNIFORME (AUX.SAÚDE BUCAL)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça de brim, 2 bolsos traseiros, tipo bolso externo, chapado. Cor branca.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 62,38	R\$ 124,76
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
4	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante, cor branco.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,59	R\$ 81,59
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 783,26
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 65,27

RELAÇÃO DE EPIs (AUX.SAÚDE BUCAL)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Luva de procedimento, material látex natural, tamanho pequeno, lubrificada com pó bioabsorvível, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico. Caixa com 100 pares	CAIXA	SEMESTRAL	14	R\$ 20,72	R\$ 290,08
2	Touca / gramatura 20 g/m ² / elástico simples (sanfonada - branca); confeccionado em tnt tecido não tecido 100% polipropileno material descartável atóxico; pacote com 100 unidades	PACOTE	SEMESTRAL	4	R\$ 13,43	R\$ 53,72
3	Sapatilha hospitalar, material não tecido 100% polipropileno, modelo c/ elástico, cor c/ cor, gramatura cerca de 20 g/m2, tamanho único, tipo uso descartável. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	SEMESTRAL	1	R\$ 13,13	R\$ 13,13

4	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMESTRAL	6	R\$ 13,23	R\$ 79,38
5	Avental hospitalar, tipo capote cirúrgico, material polipropileno, tamanho g, gramatura cerca de 40 g/cm2, cor com cor, característica adicional manga longa, esterilidade estéril, uso único. Pacote com 10 unidades	PACOTE	SEMESTRAL	13	R\$ 25,28	R\$ 328,64
VALOR TOTAL DOS EPIS POR ANO						R\$ 1.529,90
VALOR TOTAL DOS EPIS POR MÊS						R\$ 127,49

RELAÇÃO DE MATERIAIS (ELETRICISTA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Alicate de bico 1/2 Cana 6", com cabo isolado para 1000 V.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 40,19	R\$ 40,19
2	Alicate de corte diagonal 6", com cabo isolado para 1000 V	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 40,18	R\$ 40,18
3	Chave teste néon com haste isolada, tensão de teste até 500 V	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 19,38	R\$ 19,38
4	Jogo de Brocas para Madeira de 3 a 10mm com 8 Peças.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 19,34	R\$ 19,34
5	Jogo de Brocas para Concreto, com 8 peças nos tamanhos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 mm.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 40,06	R\$ 40,06
6	Jogo de chaves de fenda simples e cruzada isoladas 1000 V	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 46,06	R\$ 46,06
7	Chave caneta detectora de tensão	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 70,21	R\$ 70,21
8	Alicate de Prensa terminal de 1 a 10 mm.	UNID	ANUAL	1	R\$ 112,25	R\$ 112,25
9	Caixa de Ferramentas Plástica 19 POL c/ Organizadora e Trava.	UNID	ANUAL	1	R\$ 130,60	R\$ 130,60
10	Kit de chave Allen	UNID	ANUAL	1	R\$ 64,71	R\$ 64,71
11	Alicete amperímetro	UNID	ANUAL	1	R\$ 208,60	R\$ 208,60
12	Alicate universal	UNID	ANUAL	1	R\$ 45,67	R\$ 45,67
13	Guia passa fio com alma de aço	UNID	ANUAL	2	R\$ 50,23	R\$ 100,46
14	Trena 7,5 m. Enrolamento Automático Com Trava	UNID	ANUAL	1	R\$ 23,23	R\$ 23,23
15	kit de broca aço rápido de 5mm a 13mm	UNID	ANUAL	1	R\$ 58,65	R\$ 58,65
16	Multímetro digital	UNID	ANUAL	1	R\$ 225,60	R\$ 225,60
17	Chave ajustável de 12"	UNID	ANUAL	1	R\$ 99,33	R\$ 99,33
18	Escada Extensiva 8 Metros Fibra de Vidro Laranja Degraus Antiderrapantes	UNID	ANUAL	1	R\$ 1.280,64	R\$ 1.280,64
19	Alicate desencapador	UNID	ANUAL	1	R\$ 94,87	R\$ 94,87
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO						R\$ 2.995,45
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS						R\$ 249,62

RELAÇÃO DE EPIs (ELETRICISTA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Sapato Eletricista, tipo dielétrico, com Bico PVC 50T19M-BP.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 120,15	R\$ 240,30
2	Capacete p/ eletricista com abas nas laterais. Capacete de segurança classe B: Indicado para o uso com risco de choque elétrico. Com jugular.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 63,83	R\$ 127,66
3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 370,80
4	Luva de Cobertura em Vaqueta e Raspa Multiluvos. Cano longo.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 36,61	R\$ 219,66
5	Uniforme Profissional Componentes: calça e camisa manga longa, tamanho: sob medida, material: 100% algodão com tratamento anti-chama, características adicionais: gola esporte/fita reflexiva: costa, ombros e pernas, aplicação: porteção individual para eletricista, tipo: Nr10 RISCO 2.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 330,54	R\$ 661,08
7	Luva de segurança pimentada com borracha	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 16,97	R\$ 33,94
8	Óculos Dielectric Elastic - para Eletricista.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 13,53	R\$ 27,06
9	Luva de alta tensão	PAR	ANUAL	1	R\$ 268,55	R\$ 268,55
10	Cinto paraquedista com talabarte	UNID	ANUAL	1	R\$ 312,33	R\$ 312,33
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 3.941,88
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 328,49

RELAÇÃO DE UNIFORME (ELETRICISTA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
2	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 370,56
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 30,88

RELAÇÃO DE UNIFORME (ENCARREGADO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça de brim, 2 bolsos traseiros, tipo bolso externo, chapado. Cor branca.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 62,38	R\$ 124,76
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
4	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante, cor preto.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,20	R\$ 81,20
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 782,48
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 65,21

RELAÇÃO DE EPIs (ENCARREGADO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40

2	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMESTRAL	1	R\$ 13,23	R\$ 13,23
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 397,26
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 33,11

RELAÇÃO DE MATERIAIS (JARDINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Ancinho curvo com 16 dentes - marca de ref.: Tramontina (ciscador) com cabo	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 42,66	R\$ 42,66
2	Carretel de fio de nylon para o cortador de grama (Fio de nylon 3,0 mm quadrado bobina com 312 metros)	CARRETEL	SEMESTRAL	2	R\$ 281,84	R\$ 563,68
3	Garfo para Afofar Terra com Cabo de Madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 20,40	R\$ 20,40
4	Mangueira de Jardim Reforçada Trançada. Com engates rosqueados e esguicho - 50M	PEÇA	SEMESTRAL	1	R\$ 165,36	R\$ 165,36
5	Pazinha larga profissional para jardim	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 11,26	R\$ 11,26
6	Serrote de poda 12" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 55,56	R\$ 55,56
7	Tesoura de poda cabo de madeira comprido 43 cm, tipo bico de gavião	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 71,81	R\$ 71,81
8	Tesoura para cerca viva/grama 12" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 58,63	R\$ 58,63
9	Lâmina para a Roçadeira DE 3 PONTAS 255 MM X 20 MM X 2,9 MM	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 46,67	R\$ 46,67
10	Lima Chata para Afiar ferramentas.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 18,31	R\$ 18,31
11	Cavadeira tipo boca de lobo, cabo comprimento 1,20 m.	UNID	ANUAL	1	R\$ 72,22	R\$ 72,22
12	Foice Paraná Forjada com Cabo	UNID	ANUAL	1	R\$ 39,89	R\$ 39,89
13	Facão para mato terçado, 18"	UNID	ANUAL	1	R\$ 47,25	R\$ 47,25
14	Mangueira para irrigação com microfuros a lazer, com furos de 15 em 15cm, com 100m	PEÇA	ANUAL	3	R\$ 132,43	R\$ 397,29
15	Picareta Chibanca em Aço Tamanho 4 com Cabo de Madeira 90CM	UNID	ANUAL	1	R\$ 99,23	R\$ 99,23
16	Escada de pomar de Alumínio Grande e Estável para Jardinagem	UNID	ANUAL	1	R\$ 308,88	R\$ 308,88
17	Enxada, material: aço carbono, material encaixe cabo: ferro fundido, largura: 30 cm, altura: 18 cm, peso: 1 kg, tipo: estampado (achatado), material cabo: madeira, comprimento cabo: 150 cm	UNID	ANUAL	1	R\$ 77,63	R\$ 77,63
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO						R\$ 3.151,07
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS						R\$ 262,59

RELAÇÃO DE EPIs (JARDINEIRO)

Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, material lente policarbonato, tipo de lente anti-embaçante, infradura, extra anti-risco, modelo lentes com proteção lateral	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 16,00	R\$ 32,00
3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
4	Luva Jardinagem. Luva de segurança confeccionada em malha de algodão, com reforço interno em tecido macio, face palmar, dedos, ponta dos dedos e ¾ do dorso revestido em látex natural corrugado antiderrapante, com ¼ do dorso (ventilado), acabamento do punho em malha com elástico.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 16,43	R\$ 49,29

5	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	50	R\$ 3,28	R\$ 164,00
6	Avental confeccionado em couro e raspa, material resistente. Avental de segurança com comprimento total de 1 m e largura de 60 cm.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 38,91	R\$ 38,91
7	Protetor Auditivo Copolímero com 3 flanges.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 3,29	R\$ 6,58
8	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 1.167,86
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 97,32

RELAÇÃO DE UNIFORME (JARDINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça tradicional de serviços gerais - cóis elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cóis da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 75,28	R\$ 150,56
2	Camiseta 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 50,58	R\$ 101,16
4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 874,00
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 72,83

RELAÇÃO DE MATERIAIS (PEDREIRO)

Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Caixa de Ferramentas Plástica 19 POL c/ Organizadora e Trava	UNID	SEMESTRAL	1	116,18	116,18
2	Cimento Obras estruturais	UNID	SEMESTRAL	30	38,7	1161
3	Colher de pedreiro 07" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	27,28	27,28
4	Colher de pedreiro 08" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	27,9	27,9
5	Cortador de Pisos e Azulejos 750mm	UNID	SEMESTRAL	1	226,88	226,88
6	Desempenadeira de Madeira, 260x140mm	UNID	SEMESTRAL	1	22,77	22,77
7	Desempenadeira Metálica com dentes, 272 x 120 x 84mm	UNID	SEMESTRAL	1	29,63	29,63
8	Disco de Corte Diamantado Contínuo (Pisos Azulejos, Porcelanato e Ceramica)	UNID	SEMESTRAL	5	39,99	199,95
9	Linha Para Pedreiro 0,80MM X 100M	UNID	SEMESTRAL	1	16	16
10	Mangueira de nível 5/16", 15m	UNID	SEMESTRAL	1	48,5	48,5
11	Pá de bico com cabo de madeira. 71cm	UNID	SEMESTRAL	1	47,03	47,03
12	jogo de broca para alvenaria, 07 peças.	UNID	SEMESTRAL	1	55,22	R\$ 55,22
13	Talhadeira para martetele	UNID	SEMESTRAL	1	39,55	R\$ 39,55
14	Talhadeira Sextavada em Aço Forjado com Protetor 19x300mm	UNID	SEMESTRAL	1	51,79	51,79
15	Trena 7,5 m. Enrolamento Automático Com Trava	UNID	SEMESTRAL	1	23,23	23,23
16	Ponteiro para martetele 250mm	UNID	SEMESTRAL	1	31,39	31,39
17	Argamassa de uso interno Cimentcola AC II 20Kg	UNID	SEMESTRAL	10	34,07	340,7
18	Caixa de PVC para Massa 48L	UNID	SEMESTRAL	1	49,68	R\$ 49,68
19	Alavanca de ferro redondo e liso, 150 cm de comprimento, sextavado com 1"/25,4mm. Possui uma extremidade em forma de alavanca chata e a outra em forma de ponta.	UNID	ANUAL	1	215,36	215,36
20	Enxada canavieira goivada com olho de 38 mm e cabo de 150 cm	UNID	ANUAL	1	64,21	64,21
21	Marreta oitavada 0,5 kg com cabo de madeira	UNID	ANUAL	1	35,18	35,18
22	Marreta Oitavada de 2 Kg com Cabo de Madeira	UNID	ANUAL	1	59,98	59,98

23	Martelo de Borracha 55 cm com cabo, para montagem de pisos. Peso 450g	UNID	ANUAL	1	26,81	26,81
24	Martelo tipo unha 34mm	UNID	ANUAL	1	56,64	56,64
25	Prumo de Aço 750gr	UNID	ANUAL	1	41,75	41,75
26	Regua Alumínio para Pedreiro 2 metros	UNID	ANUAL	1	47,96	47,96
27	Torquês Armador de 12 Pol	UNID	ANUAL	1	66,78	66,78
28	Esquadro Aço Carbono 30 cm com Cabo Plástico	UNID	ANUAL	1	30,62	30,62
29	Nível Torpedo Base Magnética com 3 Ampolas	UNID	ANUAL	1	18,12	18,12
30	Peneira para chapisco de aço, 55 cm de diâmetro	UNID	ANUAL	1	34,98	34,98
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO						R\$ 5.727,75
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS						R\$ 477,31

RELAÇÃO DE EPIS (PEDREIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	81,18	81,18
2	Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, material lente policarbonato, tipo de lente anti-embaçante, infradura, extra anti-risco, modelo lentes com proteção lateral	UNID	SEMESTRAL	2	16	32
3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	30,9	185,4

4	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	3	3,28	9,84
5	Luva raspa de couro cano curto.	PAR	SEMESTRAL	1	11,96	11,96
6	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	26,57	26,57
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 693,90
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 57,83

RELAÇÃO DE UNIFORME (PEDREIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL

1	Calça tradicional de serviços gerais - cóis elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cóis da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada	UNID	SEMESTRAL	2	75,28	150,56
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	40,26	80,52
3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	50,58	101,16
4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	17,46	104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 874,00
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 72,83

RELAÇÃO DE MATERIAIS (PISCINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	ALGICIDA CHOQUE – eliminar as algas de água de piscina, em estágio de contaminação avançado –Embalagem de 1 litro.Validade mínima de 01 ano.	LITRO	MENSAL	5	R\$ 29,32	R\$ 146,60
2	ALGICIDA MANUTENÇÃO – eficaz na prevenção do desenvolvimento de algas em piscinas – Embalagem de 1 litro.Validade mínima de 01 ano	LITRO	MENSAL	5	R\$ 29,35	R\$ 146,75
3	CLARIFICANTE – Destinando a decantação de matérias mais finas. Composição: 30% de tricloreto de alumínio, ácido clorídrico 1,5% e ingredientes inertes 68,5%. Dosagem: 3 a 6 ml/m ³ . Validade mínima de 01 ano	LITRO	MENSAL	10	R\$ 28,10	R\$ 281,00
4	Hipoclorito de cálcio, aspecto físico: em pastilha, fórmula química: ca cl2o2 anidro, peso molecular: 142,98 g,mol, teor de pureza: pureza mínima de 98% , teor mínimo de cloro 65%, número de referência química: cas 7778-54-3	KG	MENSAL	2	R\$ 67,67	R\$ 135,34
5	Hipoclorito de cálcio, aspecto físico: pó branco granulado, odor de cloro, fórmula química: ca cl2o2 anidro, peso molecular: 142,98 g,mol, teor de pureza: pureza mínima de 98% , teor mínimo de cloro 65%, número de referência química: cas 7778-54-3	KG	MENSAL	40	R\$ 25,71	R\$ 1.028,40
6	Limpa Bordas	LITRO	MENSAL	2	R\$ 27,60	R\$ 55,20
7	Sulfato de alumínio, pacote com 2kg	PACOTE	MENSAL	9	R\$ 27,29	R\$ 245,61
15	Barrilha Leve - Elevador de pH - 1,5 kg	UNID	MENSAL	5	R\$ 31,16	R\$ 155,80
11	Fita Teste Piscina 5 em 1	UNID	MENSAL	1	R\$ 40,50	R\$ 40,50
12	Elevador de Alcalinidade para Piscinas. Embalagem 2 Kg	UNID	MENSAL	1	R\$ 29,32	R\$ 29,32
10	Escova Para Piscina Reta Aço Inox 25cm	UNID	ANUAL	1	R\$ 19,83	R\$ 19,83
8	Mangueira Siliconada 38mm Para Limpeza De Piscinas. 25 metros.	UNID	ANUAL	1	R\$ 384,00	R\$ 384,00
9	Aspirador de piscinas Carrinho com Escova	UNID	ANUAL	1	R\$ 66,67	R\$ 66,67
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO						R\$ 27.644,74
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS						R\$ 2.303,73

RELAÇÃO DE EPIS (PISCINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
3	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57
VALOR TOTAL DOS EPIS POR ANO						R\$ 586,30

RELAÇÃO DE UNIFORME (PORTEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça de brim, 2 bolsos traseiros, tipo bolso externo, chapado. Cor branca.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 62,38	R\$ 124,76
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
4	Boné confeccionado em 100% algodão, possui copa de seis painéis com ilhoses bordados para ventilação. Aba curva e fecho traseiro ajustável. Com logotipo da empresa.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 15,63	R\$ 15,63
5	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57
6	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante, cor preto.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,20	R\$ 81,20
7	Apito de plástico com Cordão Fiel Simples.	UNID	ANUAL	1	R\$ 18,59	R\$ 18,59
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO/POR POSTO						R\$ 885,47
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS/POR POSTO						R\$ 73,79

RELAÇÃO DE EPIS (PORTEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL

1	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	30,9	185,4
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 370,80
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 30,90

RELAÇÃO DE UNIFORME (RECEPCIONISTA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça de brim, 2 bolsos traseiros, tipo bolso externo, chapado. Cor branca.	UNID	SEMENTRAL	2	R\$ 62,38	R\$ 124,76
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMENTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMENTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
4	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante.	PAR	SEMENTRAL	1	R\$ 81,59	R\$ 81,59
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO/POR POSTO						R\$ 783,26
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS/POR POSTO						R\$ 65,27

RELAÇÃO DE EPIs (RECEPCIONISTA)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMENTRAL	1	R\$ 13,23	R\$ 13,23
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO/POR POSTO						R\$ 26,46
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS/POR POSTO						R\$ 2,21

RELAÇÃO DE EPIs (SERVENTE)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
3	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57

4	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	20	R\$ 3,28	R\$ 65,60
5	Luva raspa de couro cano curto.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 11,96	R\$ 71,76
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 861,02
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 71,75

RELAÇÃO DE UNIFORME (SERVENTE)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL

1	Calça tradicional de serviços gerais - cós elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cós da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 75,28	R\$ 150,56
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 40,26	R\$ 80,52
3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	50,58	R\$ 101,16
4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 874,00
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 72,83

RELAÇÃO DE MATERIAIS (AUX. MAN. PREDIAL)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Super cola adesivo instantâneo, tipo líquida, 20g.	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 16,61	R\$ 83,05
2	Desempenadeira manual, termoplástico, comprimento 30 cm, largura 18 cm.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 22,00	R\$ 44,00
3	Bandeja de pintura, material plástico, comprimento 29 cm largura 37 cm, para Rolo de pintura de 23cm, cor preta	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 12,07	R\$ 24,14
4	Broxa pintura, material base plástico, material do cabo plástico, material cerdas sintético e fibras naturais , formato retangular, tamanho grande, aplicação caiação e pisos, bitola 18 x 8cm.	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 12,81	R\$ 51,24
5	Jogo chave, material aço, tipo combinada, quantidade de peças 15. Aplicação: serviços gerais, oficinas. Componentes: 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 22, 24, 27, 30 e 32 mm. Acabamento superficial cromado.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 400,49	R\$ 400,49
6	Balde para pintura com Alça e Gancho 15L, cor preta.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 37,46	R\$ 74,92
7	Espátula em aço polido e envernizado com cabo de madeira nobre, tamanho 100mm	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 10,45	R\$ 52,25
8	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 100, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	10	R\$ 0,80	R\$ 8,00
9	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 120, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	10	R\$ 1,07	R\$ 10,70
10	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 150, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	10	R\$ 1,86	R\$ 18,60
11	Lixa, material óxido de alumínio, tipo lixa massa, tipo grão 80, comprimento 275 mm, largura 225 mm. Apresentação folha	UNID	SEMESTRAL	10	R\$ 1,50	R\$ 15,00
12	Pistola para pintura, tipo alta pressão, pressão entrada 35-40 psi, Bico fluído 1,8 mm, capacidade 600 ml, alimentação por gravidade.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 166,58	R\$ 166,58
13	Rolo pintura predial, material lã de carneiro, altura da lã 9 mm, tamanho 90mm, com cabo.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 10,38	R\$ 62,28
14	Rolo pintura predial, material lã de carneiro, altura da lã 25mm, tamanho 230mm, com cabo.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 56,41	R\$ 338,46
15	Trincha(Pincel chato) 1" com cerdas naturais.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 2,12	R\$ 12,72
16	Trincha(Pincel chato) 2" com cerdas naturais.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 14,13	R\$ 84,78
17	Trincha(Pincel chato) 3" com cerdas naturais.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 16,07	R\$ 96,42
18	Alicate de pressão 10" com bico reto; Medida total: 10" (240 mm); Abertura máxima da boca: 62 mm; Tipo de mordente: Triangular; Material: Aço cromo vanádio; Material do Cabo: Chapas conformadas; Acabamento: Cromado	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 58,16	R\$ 58,16
19	Alicate Universal de 8", Durabilidade do corte superior; Fabricado em aço cromo-vanádio; Mais resistência e alta durabilidade: dupla têmpera no corpo e têmpera especial no corte; Mais conforto e segurança: cabo ergonômico e com abas protetoras; Resistente a óleo; Cabo PVC fácil de limpar; Cabo isolado até 1000V e NR10 de acordo com a norma ABNT NBR 9699	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 40,63	R\$ 40,63
20	Arco de Serra, lâmina standard 12 pol, material do cabo prolipopileno, tratamento superficial niquelado , tamanho 12 polegadas, tipo regulável, características adicionais profundidade de corte 90 mm.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 53,73	R\$ 161,19
21	Maleta de ferramentas, material chapa metálica, acabamento superficial pintura eletrostática, comprimento 500 mm, largura 200 mm, altura 215 mm. Quantidade de gavetas 7 und, tipo caixa sanfona. Alças fixas, gavetas moldadas sem emenda e soldas	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 237,12	R\$ 237,12

22	Cola Adesiva para Tubos e Conexões de PVC, pote 850g	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 71,04	R\$ 213,12
23	Desentupidor de Canos Profissional com Mola Rotativa Tufão 5m	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 63,18	R\$ 63,18
24	Jogo de broca de aço rápido. 15 peças	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 84,01	R\$ 84,01
25	Kit de brocas diamantadas para alvenaria. Kit com 07 peças.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 63,63	R\$ 63,63
26	Alicate Bico Meia Cana Longo com Isolamento 1000V	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 70,17	R\$ 70,17
27	Jogo serra copo. Jogo C/ 7 Peças. De 19 A 35 Mm.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 129,26	R\$ 129,26
28	Martelo tipo unha 34 mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 56,64	R\$ 56,64
29	Chave ajustável de 12"	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 57,96	R\$ 57,96
30	Cabo Rolo De Pintura Tipo: Extensor, ajustável. Tamanho: 4M.	UNID	ANUAL	1	R\$ 73,45	R\$ 73,45
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO/POR POSTO						R\$ 5.630,85
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS/POR POSTO						R\$ 469,24

RELAÇÃO DE EPIs (AUX. MAN. PREDIAL)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, material lente policarbonato, tipo de lente anti-embaçante, infradura, extra anti-risco, modelo lentes com proteção lateral	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 16,00	R\$ 48,00
3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
4	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 3,28	R\$ 9,84
5	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMESTRAL	1	R\$ 13,23	R\$ 13,23
6	Luva raspa de couro cano curto.	PAR	SEMESTRAL	3	R\$ 11,96	R\$ 35,88

RELAÇÃO DE UNIFORME (ENCARREGADO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça de brim, 2 bolsos traseiros, tipo bolso externo, chapado. Cor branca.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 62,38	R\$ 124,76
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 40,26	R\$ 161,04
3	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
4	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante, cor preto.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,20	R\$ 81,20
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 943,52
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 78,63

RELAÇÃO DE EPIs (ENCARREGADO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40

2	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMESTRAL	1	R\$ 13,23	R\$ 13,23
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 397,26
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 33,11

RELAÇÃO DE MATERIAIS (JARDINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Ancinho curvo com 16 dentes - marca de ref.: Tramontina (ciscador) com cabo	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 42,66	R\$ 42,66
2	Carretel de fio de nylon para o cortador de grama (Fio de nylon 3,0 mm quadrado bobina com 312 metros)	CARRETEL	SEMESTRAL	2	R\$ 281,84	R\$ 563,68
3	Garfo para Afofar Terra com Cabo de Madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 20,40	R\$ 20,40
4	Mangueira para irrigação com microfuros a lazer, com furos de 15 em 15cm, com 100m	PEÇA	SEMESTRAL	1	R\$ 132,43	R\$ 132,43
5	Mangueira de Jardim Reforçada Trançada. Com engates rosqueados e esguicho - 50M	PEÇA	SEMESTRAL	1	R\$ 165,36	R\$ 165,36
6	Pazinha larga profissional para jardim	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 11,26	R\$ 11,26
7	Serrote de poda 12" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 55,56	R\$ 55,56
8	Tesoura de poda cabo de madeira comprido 43 cm, tipo bico de gavião	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 71,81	R\$ 71,81
9	Tesoura para cerca viva/grama 12" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 58,63	R\$ 58,63
10	Lâmina para a Roçadeira DE 3 PONTAS 255 MM X 20 MM X 2,9 MM	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 46,67	R\$ 93,34
11	Facão para mato terçado, 18"	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 47,25	R\$ 47,25
12	Cavadeira tipo boca de lobo, cabo comprimento 1,20 m.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 72,22	R\$ 72,22
13	Enxada, material: aço carbono, material encaixe cabo: ferro fundido, largura: 30 cm, altura: 18 cm, peso: 1 kg, tipo: estampado(achatado), material cabo: madeira, comprimento cabo: 150 cm	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 77,63	R\$ 155,26
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO						R\$ 2.979,72
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS						R\$ 248,31

RELAÇÃO DE EPIS (JARDINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL

1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, material lente policarbonato, tipo de lente anti-embaçante, infradura, extra anti-risco, modelo lentes com proteção lateral	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 16,00	R\$ 48,00
3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
4	Luva Jardinagem. Luva de segurança confeccionada em malha de algodão, com reforço interno em tecido macio, face palmar, dedos, ponta dos dedos e ¾ do dorso revestido em látex natural corrugado antiderrapante, com ¼ do dorso (ventilado), acabamento do punho em malha com elástico.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 16,43	R\$ 49,29
5	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 3,28	R\$ 9,84

6	Avental confeccionado em couro e raspa, material resistente. Avental de segurança com comprimento total de 1 m e largura de 60 cm.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 38,91	R\$ 38,91
7	Protetor Auditivo Copolímero com 3 flanges.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 3,29	R\$ 9,87
8	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57
VALOR TOTAL DOS EPIS POR ANO						R\$ 898,12
VALOR TOTAL DOS EPIS POR MÊS						R\$ 74,84

RELAÇÃO DE UNIFORME (JARDINEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça tradicional de serviços gerais - cóis elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cóis da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 75,28	R\$ 225,84

2	Camiseta 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 40,26	R\$ 161,04
3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 50,58	R\$ 101,16
4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 1.185,60
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 98,80

RELAÇÃO DE MATERIAIS (PEDREIRO)

Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Alavanca de ferro redondo e liso, 150 cm de comprimento, sextavado com 1"/25,4mm. Possui uma extremidade em forma de alavanca chata e a outra em forma de ponta.	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 215,36	R\$ 215,36
2	Caixa de Ferramentas Plástica 19 POL c/ Organizadora e Trava	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 116,18	R\$ 116,18
3	Cimento Obras estruturais	UNID	SEMESTRAL	45	R\$ 38,70	R\$ 1.741,50
4	Colher de pedreiro 07" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 27,28	R\$ 27,28
5	Colher de pedreiro 08" com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 27,90	R\$ 27,90
6	Cortador de Pisos e Azuleijos 750mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 226,88	R\$ 226,88
7	Desempenadeira de Madeira, 260x140mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 22,77	R\$ 22,77
8	Desempenadeira Metálica com dentes, 272 x 120 x 84mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 29,63	R\$ 29,63
9	Disco de Corte Diamantado Contínuo (Pisos Azulejos, Porcelanato e Ceramica)	UNID	SEMESTRAL	5	R\$ 39,99	R\$ 199,95
10	Enxada canavieira goivada com olho de 38 mm e cabo de 150 cm	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 64,21	R\$ 128,42
11	Esquadro Aço Carbono 30 cm com Cabo Plástico	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 30,62	R\$ 30,62
12	Linha Para Pedreiro 0,80MM X 100M	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 16,00	R\$ 16,00
13	Mangueira de nível 5/16", 15m	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 48,50	R\$ 48,50
14	Marreta oitavada 0,5 kg com cabo de madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 35,18	R\$ 35,18
15	Marreta Oitavada de 2 Kg com Cabo de Madeira	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 59,98	R\$ 59,98
16	Martelo de Borracha 55 cm com cabo, para montagem de pisos. Peso 450g	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,81	R\$ 26,81
17	Martelo tipo unha 34mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 56,64	R\$ 56,64
18	Pá de bico com cabo de madeira. 71cm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 47,03	R\$ 47,03
19	Prumo de Aço 750gr	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 41,75	R\$ 41,75
20	Regua Alumínio para Pedreiro 2 metros	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 47,96	R\$ 95,92
21	Talhadeira Sextavada em Aço Forjado com Protetor 19x300mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 51,79	R\$ 51,79

22	Torquês Armador de 12 Pol	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 66,78	R\$ 66,78
23	Trena 7,5 m. Enrolamento Automático Com Trava	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 23,23	R\$ 23,23
24	Peneira para chapisco de aço, 55 cm de diâmetro	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 34,98	R\$ 34,98
25	Argamassa de uso interno Cimentcola AC II 20Kg	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 34,07	R\$ 204,42
26	Ponteiro para martetele 250mm	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 31,39	R\$ 31,39
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR ANO						R\$ 7.213,78
VALOR TOTAL DOS INSUMOS POR MÊS						R\$ 601,15

RELAÇÃO DE EPIs (PEDREIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, material lente policarbonato, tipo de lente anti-embaçante, infradura, extra anti-risco, modelo lentes com proteção lateral	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 16,00	R\$ 48,00
3	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40

4	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 3,28	R\$ 9,84
5	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMESTRAL	1	R\$ 13,23	R\$ 13,23
6	Luva raspa de couro cano curto.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 11,96	R\$ 11,96

7	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57
VALOR TOTAL DOS EPIS POR ANO						R\$ 752,36
VALOR TOTAL DOS EPIS POR MÊS						R\$ 62,70

RELAÇÃO DE UNIFORME (PEDREIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça tradicional de serviços gerais - cóis elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cóis da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 75,28	R\$ 225,84
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 40,26	R\$ 161,04

3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 50,58	R\$ 101,16
4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 1.185,60
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 98,80

RELAÇÃO DE UNIFORME (PORTEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Calça de brim, 2 bolsos traseiros, tipo bolso externo, chapado. Cor branca.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 62,38	R\$ 124,76
2	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 40,26	R\$ 161,04
3	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	R\$ 17,46	R\$ 104,76
4	Boné confeccionado em 100% algodão, possui copa de seis painéis com ilhoses bordados para ventilação. Aba curva e fecho traseiro ajustável. Com logotipo da empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	R\$ 15,63	R\$ 31,26
5	Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante, cor preto.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,20	R\$ 81,20
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO/POR POSTO						R\$ 1.006,04
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS/POR POSTO						R\$ 83,84

RELAÇÃO DE EPIS (PORTEIRO)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40

2	Mascara tipo cirúrgica descartável em TNT. Máscara descartável tripla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 50 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e a ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Com certificação da ANVISA.	CAIXA	SEMESTRAL	1	R\$ 13,23	R\$ 13,23
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO/POR POSTO						R\$ 397,26
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS/POR POSTO						R\$ 33,11

RELAÇÃO DE EPIs (SERVENTE)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERÍODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Bota segurança, material: couro, material sola: borracha antiderrapante, tamanho: sob medida, tipo cano: longo, tipo uso: serviços gerais.	PAR	SEMESTRAL	1	R\$ 81,18	R\$ 81,18
2	Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	FRASCO 120 ML	SEMESTRAL	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
3	Chapéu tipo australiano com protetor de nuca. Chapéu tipo australiano, confeccionada com poliamida com proteção FPU50+ com protetor na parte traseira para proteção do crânio, pescoço e ombro do usuário contra a radiação solar e agentes abrasivos e escoriantes. Com aba total. Alça de fixação para o queixo evita a queda do chapéu com vento forte. Cor a definir	UNID	SEMESTRAL	1	R\$ 26,57	R\$ 26,57

4	Respirador semifacial descartável com filtro PFF2(S) Carvão Ativo. Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante PFF2 de formato dobrável e sem manutenção, Classe PFF2(S), com camada de carvão ativo, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeira e névoas não oleosas, fumos e alívio de odores incômodos provenientes de Vapores Orgânicos em concentrações até o nível de ação (metade do limite de exposição). Fabricado com microfibras sintéticas combinadas em camadas e tratadas eletrostaticamente para reter os materiais particulados presentes no ambiente, eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos, possuindo formato tipo concha com válvula de exalação, com duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 3,28	R\$ 9,84
5	Luva raspa de couro cano curto.	UNID	SEMESTRAL	6	R\$ 11,96	R\$ 71,76
VALOR TOTAL DOS EPIs POR ANO						R\$ 749,50
VALOR TOTAL DOS EPIs POR MÊS						R\$ 62,46

RELAÇÃO DE UNIFORME (SERVENTE)						
Nº	ITEM	UNID	PERÍODO	QTD POR PERIODO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL

1	Calça tradicional de serviços gerais - cóis elástico resistente na cintura (parte posterior da calça) de aprox. 4 cm de largura, com 7 (sete) passantes no cóis da calça, com botão na cor do tecido, fechamento com zíper na mesma cor do tecido; 2 (dois) bolsos frontais, (um do lado esquerdo e outro do lado direito), chapados, tipo faca e cantos inferiores chanfrados, com aprox. 27 cm de comprimento abaixo da cintura e 16 cm de largura; abertura do bolso com aprox. 16 cm. Na parte traseira 2 (dois) bolsos chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo aprox. 14 cm de comprimento e 16 cm de largura, fechamento com zíper de aprox. 5 cm. Tecido brim. Composição: 100% algodão. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa contratada	UNID	SEMESTRAL	3	R\$ 75,28	R\$ 225,84
2	Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa	UNID	SEMESTRAL	4	R\$ 40,26	R\$ 161,04
3	Camiseta manga longa, 100 % algodão, com Logomarca da empresa. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	UNID	SEMESTRAL	2	50,58	R\$ 101,16
4	Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano. Tamanhos variados conforme aferição das medidas dos funcionários feita pela empresa.	PAR	SEMESTRAL	6	17,46	R\$ 104,76
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR ANO						R\$ 1.185,60
VALOR TOTAL DOS UNIFORMES POR MÊS						R\$ 98,80

Documento Digitalizado Público

TR; ETP e seus anexos - Após ajuste da ETRLIC

Assunto: TR; ETP e seus anexos - Após ajuste da ETRLIC
Assinado por: Elania Dantas
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Elania Hortins Dantas, COORDENADOR(A) - FG0002 - COMPAT/CA**, em 18/06/2026 10:24:36.

Este documento foi armazenado no SUAP em 18/06/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2622831

Código de Autenticação: c91e17bdaf

